



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ANA KARINE DA SILVA ALVES

**CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e estratégias para
professores lidarem com a inclusão**

**CAJAZEIRAS – PB
2024**

ANA KARINE DA SILVA ALVES

CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios e estratégias para professores lidarem com a inclusão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras/PB, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

A474c	<p>Alves, Ana Karine da Silva. Crianças com autismo na educação infantil: desafios e estratégias para professores lidarem com a inclusão / Amanda de Jesus Alves Dantas. – Cajazeiras, 2024. 66f. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Educação infantil. 2. Crianças autistas - aprendizagem. 3. Transtorno do Espectro Autista - histórico. 4. Educação inclusiva - crianças autistas. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 373.2

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ANA KARINE DA SILVA ALVES

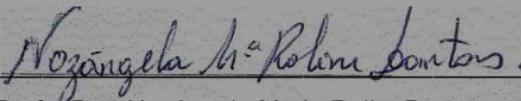
**CIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS PARA PROFESSORES LIDAREM COM A INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras-PB como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

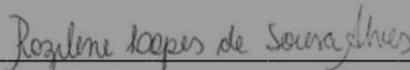
Orientadora: Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas

Aprovado em: 12/11/ 2024

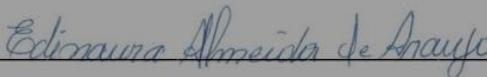
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas
(UAE/CFP/UFCG- Orientadora)



Profa. Dra. Rozilene Lopes de Sousa Alves
(UAE/CFP/UFCG- Examinadora Titular)



Profa. Dra. Edinaura Almeida de Araújo
(UAE/CFP/UFCG- Examinadora Titular)

Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva
(UAE/CFP/UFCG- Examinador Suplente)

**CAJAZEIRAS -PB
2024**

Dedico este trabalho, com imensa gratidão, ao meu amado Deus e meu filho Anthony Gael, que me deram forças e me mostraram que cada dia pode ser melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre ouviu as minhas orações e me ajudou a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo desses anos do curso, obrigada por ser tudo em minha vida, meu Senhor. A minha mãe Marineide e meu padrasto Luís que nunca me deixaram desistir e sempre acreditaram em mim e me encorajaram nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo, companheiro e melhor amigo, Alex, te agradeço por todo amor e cuidado comigo, por todo cuidado com nosso filho, pelo apoio em absolutamente tudo, você é tudo o que há de melhor.

Aos meus irmãos, Carol, João, Luís Filho e Júlia, agradeço por sempre me ajudarem a ver a vida com amor e alegria, vocês são minhas grandes inspirações, pois posso confiar em todos sem medo de me decepcionar. Sinto um imenso orgulho de vocês e os amo incondicionalmente.

Aqueles que aparecem nos momentos mais difíceis de nossas vidas, os amigos. Minha eterna gratidão a todos nesta caminhada, obrigada pelos ensinamentos, pelo apoio e por todos os momentos alegres. Sou grata por cada um de vocês, Sandra, Mariana, Mylley e todos da turma.

Aos professores que marcaram a minha vida com ensinamentos, alegria e apoio, nunca os esquecerei, obrigada por tudo.

Minha orientadora, Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas gratidão por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, por todos os ensinamentos e experiências vividas durante o curso. Obrigada por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar.

As professoras incríveis que aceitaram compor a banca examinadora e estarem presentes neste momento especial e que jamais esquecerei. Professora Edinaura Almeida de Araújo e Rozilene Lopes de Sousa.

Por último, quero agradecer também à Universidade Federal de Campina Grande e todo o seu corpo docente. A todos, minha imensa gratidão.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fornecer possíveis caminhos para aqueles interessados em compreender a inclusão de crianças autistas nas escolas e os desafios enfrentados pelos professores ao acompanhar o percurso educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo principal da pesquisa é examinar o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, destacando os desafios enfrentados pelos educadores ao lidar com essas crianças autistas. Ainda objetiva-se entender e avaliar a preparação da comunidade escolar para a inclusão de alunos autistas e identificar as dificuldades encontradas pelos professores ao interagir com essas crianças. A pesquisa foi realizada a partir de leituras críticas a respeito do assunto e entrevistas realizadas com professores nas escolas. Na realização da pesquisa foram utilizados autores como Bosa (2002), Lampreia (2004), Carvalho (2012), Mantoan (2003, 2006, 2011), entre muitos outros. Desse modo, concluímos que elaborar políticas educacionais públicas que fomentem práticas mais inclusivas, que ajustem a formação de professores às necessidades da educação e estabeleçam um perfil profissional que corresponda às habilidades e competências essenciais para os educadores, alinhadas com a realidade brasileira. Conforme indicado por nossas pesquisas, essas medidas emergem como urgentes e cruciais para impulsionar uma mudança significativa no atual panorama da educação inclusiva.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Professores. Educação.

ABSTRACT

This study aims to provide possible pathways for those interested in understanding the inclusion of autistic children in schools and the challenges faced by teachers in supporting the educational journey of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The primary objective of this research is to examine the process of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education, highlighting the challenges educators face when working with these autistic children. Additionally, it seeks to understand and evaluate the school community's preparation for the inclusion of autistic students and identify the difficulties encountered by teachers in interacting with these children. The research was conducted through critical readings on the subject and interviews with teachers in schools. Authors such as Bosa (2002), Lampreia (2004), Carvalho (2012), Mantoan (2003, 2006, 2011), among others, were referenced in the study. Thus, we conclude that developing public educational policies that foster more inclusive practices, adapt teacher training to the needs of education, and establish a professional profile aligned with the essential skills and competencies for educators, tailored to the Brazilian reality, is imperative. As indicated by our findings, these measures emerge as urgent and crucial to driving significant change in the current landscape of inclusive education.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusion. Teachers. Education.

LISTA DE SIGLAS

Associação Americana de Psiquiatria.....	APA
Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.....	CID
Organização Mundial de Saúde.....	OMS
Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	CIPTEA
Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.....	DSM-4
Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.....	DSM-5
Organização das Nações Unidas.....	ONU
Sistema Nervoso Central.....	SNC
Sistema Único de Saúde.....	SUS
Transtorno do Espectro Autista.....	TEA
Transtornos Invasivos do Desenvolvimento.....	TID
Ministério da Educação.....	MEC
Análise do Comportamento Aplicada.....	ABA
Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com <i>Déficits</i> Relacionados com a Comunicação.....	TEACCH
<i>Picture Exchange Communication System</i>	PECS
Organização Pan Americana da Saúde.....	OPAS
Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	TCLE
Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	LDB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. UM BREVE RELATO HISTÓRICO DO TEA	10
2.1 HISTÓRICO	10
2.2 O QUE EXISTE NESSE ESPECTRO?.....	12
2.3 BREVE RELATO SOBRE OS MÉTODOS MAIS CONHECIDOS: ABA, TEACCH E PECS	14
3. A CRIANÇA AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR	19
3.1 LINHAS GERAIS	19
3.2 DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A INCLUSÃO	22
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	27
4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	28
4.3 LÓCUS DA PESQUISA E SUJEITOS	29
4.4 MÉTODO EMPREGADO PARA A ANÁLISE DOS DADOS	31
4.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	32
5. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES	34
5.1 INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA ESCOLA REGULAR.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, cuja temática é *Crianças com autismo na Educação Infantil: Desafios e estratégias para professores lidarem com a inclusão* foi pensada por meio da disciplina de Educação Inclusiva, vista no quarto período do curso de Pedagogia, que tem como objetivo promover a discussão de um tema de extrema relevância, pois o Transtorno do Espectro Autista vem tendo cada vez mais visibilidade pelo aumento de casos e a constante busca de profissionais por alternativas para lidar com essa população. As discussões na disciplina despertaram questionamentos que propuseram a busca por esclarecimentos relacionados a temática. Também nesse sentido, a pesquisa corrobora com a crença de que toda criança tem o direito de aprender com qualidade e para o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não é diferente. Sabemos, contudo, que a criança autista se desenvolve de maneira mais atípica e peculiar, desse modo, elas precisam de caminhos alternativos e recursos especiais para seu processo de desenvolvimento. Pensar nesses caminhos alternativos foi o ponto inicial para a pesquisa.

No TEA são várias as características comportamentais, como por exemplo, crianças que apresentam características verbais e outras não-verbais; outras interagem socialmente, com a pessoa e não aparentam os traços de isolamento social; há crianças que apresentam hipersensibilidade ao som e ao toque, enquanto outras não o são. Essa e outras características auxiliam na imprecisão de uma definição do autismo, tornando o conceito mais aberto ao ponto de ser tomado para si a palavra espectro para auxiliar na sua definição e, ao mesmo tempo, demonstrando a amplitude do conceito.

Logo, escrever sobre o autismo é um desafio para todos os profissionais que estão envolvidos com a temática em questão. Assim, foi iniciado o curso da pesquisa para conhecer melhor sobre o tema e tentar compreender melhor essa população, e assim, aprender a lidar com o aluno com TEA em sala de aula, buscando construir alternativas para uma atuação docente mais satisfatória, proporcionando às crianças autistas o direito a uma educação de qualidade.

Desta forma, a pesquisa visa contribuir para nortear os leitores que tem interesse em entender sobre a inclusão da criança autista nas escolas e os obstáculos enfrentados pelos professores durante a caminhada do aluno com TEA. Muitas vezes esses profissionais entram na sala de aula e não têm o suporte pedagógico necessário para seu desenvolvimento em sala de aula, ou não recebeu uma formação específica. Por isso, a necessidade de ter um olhar mais

amplo acerca das diversas manifestações do autismo e sobre o que fazer para promover um ensino de qualidade e com recursos que incluam as especificidades de cada aluno.

É essencial discutir esta temática nos cursos de formação de professores, nos planejamentos da escola, estudar, ir a fundo nessa proposta pedagógica de refletir e aprender cada vez mais sobre o aluno com TEA. Dada a importância do assunto, percebemos a necessidade que se faz presente de trazer o conceito do autismo e debater acerca das dificuldades que os profissionais enfrentam para promover um ensino de qualidade para essas crianças e dada a importância do diagnóstico e do tratamento correto.

A pesquisa visa responder as seguintes questões: Como está sendo efetivada a inclusão destes alunos na escola e como as atuações docentes têm contribuído para a inclusão do aluno com TEA? Dessa forma, o objetivo geral que conduz este trabalho é: Analisar como acontece a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil identificando as dificuldades que os docentes apontam ao lidar com esta população. Para tanto foram elaborados os seguintes objetivos específicos: apresentar um breve contexto histórico do Transtorno do Espectro Autista; identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores na relação com a criança com TEA e averiguar as estratégias utilizadas para lidar com o aluno com TEA. Para obter êxito nessas proposições esse trabalho se propôs a usar como método a pesquisa de natureza qualitativa e de campo de caráter exploratório. Para a coleta dos dados o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada.

O trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo, *a Introdução*, traça o perfil da pesquisa, seus objetivos e métodos. O segundo capítulo, intitulado *Um Pouco de História e Panorama Geral*, busca fazer considerações iniciais sobre os pontos discutidos ao longo do trabalho, principalmente sobre as dificuldades de se incluir o aluno autista em sala de aula. Para isso, tratamos sobre o histórico dos estudos sobre autismo de forma progressiva, desde os primeiros estudos e investigações sobre o tema até os dias atuais, quais os tipos de autismo e como eles se manifestam e quais os testes e diagnósticos desenvolvidos pelas várias áreas de estudo.

O terceiro capítulo, intitulado *A Criança Autista no Contexto Escolar*, se debruça sobre a criança autista no ambiente da escola. Tentamos entender, explorar e aprofundar as discussões sobre os desafios enfrentados pela inclusão, desde a profissionalização e formação dos os professores para saber lidar com os alunos com autismo, até a preparação do espaço físico da escola, a concepção de aprendizado e as configurações do currículo escolar. Logo após, o quarto capítulo, intitulado *Análise de Dados e Discussões* debate sobre as entrevistas

feitas com os professores, as concepções que estes possuem sobre o processo e qual a nossa visão crítica, enquanto pesquisadores, a respeito disso.

2. UM BREVE RELATO HISTÓRICO DO TEA

2.1 HISTÓRICO

São inúmeras as problemáticas existentes relacionadas ao processo de estudo do TEA, desde o começo dos primeiros diagnósticos até os dias de hoje. O Ministério da Saúde aponta que a história dos precursores do TEA teve seu destaque entre o século XVII e século XIX. Até esse período ainda eram atribuídas denominações extremamente problemáticas, como o termo “idiota”, que era usado para cobrir indiscriminadamente inúmeros transtornos que ocorriam em crianças e adolescentes. A “idiota” pode ser considerada, com suas devidas e cuidadosas ressalvas, como uma espécie de precursora na tentativa de compreensão dos transtornos mentais que se apresentavam logo na infância, como o autismo – como viria a ser chamado no futuro – as psicoses infantis e a esquizofrenia infantil.

Segundo Wellichan (2017, p. 2), o conceito da palavra segue a etimologia grega “autos”, cujo significado é ‘próprio ou de si mesmo’, sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento da aprendizagem e na interação social da criança. Enquanto não se tinha um estudo mais aprofundado o autismo era confundido com a psicose infantil e esquizofrenia, pois não havia um consenso entre os profissionais da saúde mental sobre essas denominações e seus sintomas.

Talvez por conta desse fator etimológico o Transtorno do Espectro Autista, ao longo do tempo, teve diferentes denominações, todas do mesmo ramo etimológico: como transtorno autístico, autismo da infância, autismo infantil e autismo infantil precoce. Essas mudanças nas denominações não foram aleatórias, eles seguiam as mudanças existentes na própria forma de entender o transtorno. O que demonstrava uma preocupação e uma necessidade de evolução na concepção e no entendimento acerca do TEA (Klin, 2019).

Apesar da concepção do termo ser efetivada no ano de 1911, os primeiros estudos sobre autismo, somente foram realizados no ano de 1943 pelo psiquiatra Leo Kanner, que se baseou em características comuns apresentadas por onze crianças, entre elas: dificuldade no convívio social, sérias disfunções na fala e grande preocupação com coisas que são inalteráveis. Em crianças do sexo masculino a prevalência é demonstra ser maior, entretanto, o autismo no sexo feminino se apresenta de forma mais grave. Ele pode se apresentar de três formas diferentes, sendo o grau leve, moderado e severo, podendo ainda acarretar outras síndromes, como a Síndrome de Asperger, que antes era vista como um problema distinto e sem associação (Russo, 2020).

Em 1908 o termo autismo foi utilizado pelo psiquiatra Eugen Bleuler para se referir a crianças esquizofrênicas. Antes, descreviam o autismo apenas na perspectiva do retardo mental ou da psicose. Depois dos anos 70, os estudiosos começaram a entender melhor sobre como eram suas manifestações, porém por conta da diversidade dos quadros que os indivíduos apresentam o conceito de autismo ainda era bastante impreciso. Com o passar dos anos e novos estudos acerca da temática, ficou mais fácil de entender esse transtorno e realizar o diagnóstico com mais precisão. Entretanto, depois de vários esclarecimentos e estudos, algumas pessoas ainda veem o autismo apenas associado ao atraso intelectual, devido a sua forma de manifestação cognitiva como o hiper foco e a rotina um pouco rígida que se estabelece no seu dia a dia, além da dificuldade de comunicação e de relação com outras pessoas que se expressa na sua vida afetivo/social (Russo, 2020).

A partir das características gerais observadas, por meio de estudos como os dos psiquiatras Leo Kanner e Eugen Bleuler, entre outros ao longo do tempo, foram traçadas para ajudar a montar um panorama dos principais sintomas, o que auxiliou tanto no diagnóstico como nas formas de tratamento e socialização das crianças. É importante fazer observações precoces e acompanhamento médico já nos primeiros dias de vida da criança, pois os sintomas podem se manifestar já no início do primeiro período de desenvolvimento. As intervenções precoces ajudam atenuar os sintomas e favorece no processo de desenvolvimento da criança, antes mesmo dela ter contato com o ambiente escolar (Russo, 2020).

Esses sintomas são marcados majoritariamente por *déficits* que resultam em prejuízos significativos nas esferas de desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico, se não tratados e percebidos na infância. Estes *déficits* vão desde limitações muito particulares no processo de aprendizagem ou no controle do que se denominam Funções Executivas, até prejuízos globais em habilidades sociais ou até mesmo na inteligência (Russo, 2020).

De acordo com Cunha (2011, p. 20), “o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito repetitivas”. Na tentativa pela busca por um fator que cause o TEA, os autores Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008, p. 2) expressam que “a hipótese de que haja uma falha cognitiva que justifique os prejuízos sociais e de comunicação dos portadores de Autismo Infantil também é abordada por diversos autores”. O que se observa é que o fator da causa do autismo não é consensual e ainda desperta muito debate nos estudiosos do tema.

Segundo o DSM-IV o TEA possui níveis distintos de transtornos, que podem ser classificados como leve, moderado e severo, e que trataremos nos próximos tópicos. Saber

desses níveis e quais as suas especificidades auxiliam o profissional a identificar o grau de comprometimento das capacidades cognitivas das crianças e dos demais indivíduos com autismo, que passam por diversas avaliações realizadas por profissionais tanto para ter ciência do nível de TEA do sujeito como para oferecer um entendimento individual e peculiar necessários.

2.2 O QUE EXISTE NESSE ESPECTRO?

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), é um instrumento que contribui para o diagnóstico de indivíduos com autismo e outros distúrbios. Foi elaborado em 1953 pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) e tem o propósito de contribuir de forma significativa para o diagnóstico dos diversos transtornos mentais, afim de proporcionar um tratamento adequado e evitar que o paciente passe por procedimentos que não condizem com seu problema de saúde.

O DSM se propõe a servir como um guia prático, funcional e flexível para organizar informações que podem auxiliar o diagnóstico preciso e o tratamento de transtornos mentais. Trata-se de uma ferramenta para clínicos, um recurso essencial para a formação de estudantes e profissionais e uma referência para pesquisadores da área (*American Psychiatric Association*, 2014, p. 41).

No Brasil, o diagnóstico muitas vezes é tardio e algumas famílias demoram muito para encontrar tratamento adequado, e a maioria das instituições de ensino não possuem o suporte necessário para atender a esse público, além da falta de preparo e capacitação de profissionais para proporcionar um ensino eficaz para esses alunos em sala de aula, já que alguns deles não são aptos para identificar as diferentes manifestações do autismo. Assim se faz necessário entender as diversas manifestações do autismo e as particularidades de cada criança para de acordo com estas particularidades auxiliá-las no seu desenvolvimento educacional.

De acordo com o DSM-V os níveis de gravidade para o Transtorno do Espectro Autista são: Nível 1 “Exigindo apoio”. Este nível, também conhecido como leve, refere-se àquele onde o comportamento e a demanda por suporte ao indivíduo são mínimos. Isso não implica dizer que não sejam necessárias intervenções clínicas ou educacionais, mas sim que as dificuldades estão mais focadas na interação social.

No Nível 1, as crianças podem ser muito inteligentes, mas são obsessivas por determinados objetos ou temas, o que ocasiona uma certa resistência quando há necessidade de mudança. Por conta desse comportamento repetitivo, poderá ocasionar uma falta de adaptação em vários ambientes. Alguns sinais podem ser observados na criança autista, dentre

eles: falta de contato visual, não tem noção de perigo, fala repetitiva, dificuldade para brincar com outras crianças, age como se fosse surda, alteração sensorial, entre outros. Dentre as características estão: podem enfrentar desafios nas relações sociais, problemas para mudar de atividade e mudanças na rotina, dificuldades na organização e no planejamento caracterizando como barreiras que dificultam à autonomia (*American Psychiatric Association, 2014*).

No Nível 2 “Exigindo Apoio Substancial” - nível chamado também de nível moderado, apresenta diferenças mais acentuadas nas interações interpessoais, já que as competências comunicativas se mostram insuficientes em aspectos verbais e não verbais. Indivíduos nesta categoria podem encontrar mais obstáculos para começar ou manter diálogos, interpretar expressões faciais e entender sutilezas da linguagem.

As características são: instabilidade comportamental, dificuldade de adaptação, pode haver ecolalia e atrasos na linguagem, outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com regularidade suficiente para serem perceptíveis. Ao tentar estabelecer um diálogo com um indivíduo autista, é evidente a dificuldade dele em responder, já que suas respostas costumam ser inesperadas e divergentes do que a outra pessoa espera ouvir (*American Psychiatric Association, 2014*).

E por último, no nível 3 “Exigindo Apoio muito Substancial” - grau severo, como também é conhecido, é bem semelhante ao moderado, ambos apresentam os mesmos sintomas, porém o severo é bem mais intenso e necessita de muito apoio substancial. Algumas crianças não conseguem ter uma comunicação sem contar com algum tipo de suporte, elas terão a cognição reduzida e podem tender ao isolamento social e acabam se tornando muito dependente dos familiares ou responsáveis, apresentam alto nível de estresse quando são obrigados a mudar sua rotina (*American Psychiatric Association, 2014*).

Também existem dificuldades severas nas competências de comunicação verbal e não verbal resultando em danos severos de funcionamento, grande dificuldade em iniciar interações sociais e respostas insuficientes a convites sociais vindos de outras pessoas. Por exemplo, um indivíduo com uma fala compreensível de poucas palavras que dificilmente começa as interações e diálogos, quando o faz, utiliza métodos peculiares apenas para atender às suas necessidades, reagindo apenas a abordagens sociais extremamente diretas, expressando total dependência de um adulto em todos os aspectos do seu desenvolvimento (*American Psychiatric Association, 2014*).

Como características é importante destacar: problemas graves na comunicação, geralmente sem a presença da linguagem verbal, com uma grande rigidez no pensamento e no comportamento. Normalmente precisam de bastante assistência para executar as atividades

cotidianas, desde autocuidado até higiene pessoal, tem uma enorme resistência à mudança ou outros comportamentos restritivos ou repetitivos que afetam significativamente o desempenho em todos os âmbitos, além de sofrimento intenso/dificuldade em alterar o foco ou as atitudes (*American Psychiatric Association*, 2014).

A partir disso, observa-se que o transtorno não apresenta uma linearidade dos sintomas, como outros transtornos ou doenças. Os sintomas, sejam eles do nível leve ao mais severo, não são os mesmo para cada indivíduo, do mesmo modo que os tratamentos possíveis e eficazes, também não. Nesse sentido, também não é possível desenvolver uma fórmula concreta e final que estabeleça um diagnóstico apenas a partir dela. Tratar sobre o TEA é entender que as características e comportamentos emitidos por cada indivíduo com autismo, serão peculiares. Isto irá variar a partir da gravidade e nível de comprometimento do sujeito. Entretanto, mesmo com esses avanços, a Organização Pan Americana da Saúde (OPAS), organização internacional especializada em saúde, afirmou em 2017 que “em todo o mundo, as pessoas com transtorno do espectro autista são frequentemente sujeitas à estigmatização, discriminação e violações de direitos humanos. Globalmente, o acesso aos serviços e apoio para essas pessoas é inadequado”.

Portanto, percebe-se que as necessidades especiais do indivíduo com autismo frequentemente resultam em percepções diferenciadas por parte dos outros. Isso muitas vezes leva suas ações e comportamentos a serem considerados estranhos, peculiares e mal interpretados, o que pode resultar em preconceito e, por vezes, em um distanciamento, mesmo que sutil, das pessoas ao seu redor.

Dessa maneira, como trataremos de forma breve no próximo tópico, foram criados métodos para estabelecer os critérios de diagnóstico do autismo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida desses indivíduos. Embora não exista “cura” para essa condição, existem tratamentos e terapias disponíveis para auxiliar no seu bem-estar e conforto.

2.3 BREVE RELATO SOBRE OS MÉTODOS MAIS CONHECIDOS: ABA, TEACCH E PECS

A forma de aprendizagem da criança autista é particularmente distinta das demais. Comumente, necessitam de um conjunto de subsídios especiais que possam auxiliá-la no processo de aquisição de conhecimento. O professor, como principal agente, tem o compromisso de avaliar os recursos pedagógicos disponíveis para utilizar em prol da educação dos seus alunos. A família, por sua vez, tem a obrigação de acompanhar o

desempenho escolar do seu filho, uma vez que deve se atualizar acerca de suas tarefas, dialogar concomitantemente com o professor para saber dos avanços que ele está tendo, e contribuir de todas as formas possíveis para a evolução do aluno.

Alguns métodos podem ser utilizados pelos professores para contribuir para o processo de ensino-aprendizagem do educando, quando o ensino tradicional não for suficiente para promover uma educação de qualidade para todos os alunos, sendo necessário outras estratégias que possam se adaptar às necessidades de cada um deles.

Uma ferramenta bastante conhecida de intervenção comportamental no tratamento dos sintomas do autismo é a Análise Aplicada do Comportamento, mais conhecida no Brasil pela sigla em inglês ABA (*Applied Behavioral Analysis*). Trata-se de uma estratégia terapêutica que utiliza princípios científicos do comportamento para examinar e alterar a conduta das pessoas com TEA. O tratamento com ABA tem trazido benefícios para todos os tipos de pessoas com TEA, de todas as idades independentemente de suas habilidades, e em diversas áreas (Ischkanian, 2020).

Os estudos iniciais sobre ABA ocorreram por volta da década de 1960, é uma ferramenta aplicada ao tratamento e acompanhamento de pessoas com distúrbios de neurodesenvolvimento. Em 1987, o psicólogo clínico Ivar Lovaas divulgou um estudo que indicava consideráveis benefícios ao aplicar os princípios da ABA na educação de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com o propósito de diminuir comportamentos desafiadores e melhorar a aprendizagem (Rissatto, 2024).

Para Bezerra (2018) o método ABA consiste no ensino intensivo e personalizado das competências necessárias para que a pessoa possa conquistar autonomia e melhorar a qualidade de vida. Entre as competências aprendidas estão atitudes sociais, como contato visual e comunicação funcional; maior desempenho escolar, como pré-requisitos para escrita, leitura e matemática, além de atividades cotidianas, como a higiene pessoal. O tratamento comportamental também inclui a diminuição de comportamentos como agressões, estereotípias, agressões verbais, pois tais atitudes prejudicam o desenvolvimento e a integração da pessoa com TEA.

Através deste método, os especialistas procuram executar três fases que definem os próximos passos da intervenção: 1 Toda intervenção é realizada após uma avaliação do comportamento do indivíduo, com o objetivo de compreender como e por que um comportamento específico acontece; 2 Adicionalmente, examina-se o impacto do ambiente na pessoa com TEA; 3 Com base em avaliações e análises, estabelecem-se estratégias para

começar o ensino de novas habilidades, eliminando outras também para a pessoa no espectro autista (Ischkanian, 2020).

Um outro método bastante eficiente e utilizado no Brasil para atender à criança com TEA é o Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com *Déficits* Relacionados à Comunicação (TEACCH), elaborado em 1960 na Universidade da Carolina do Norte por Eric Schopler e associados. O TEACCH é um programa clínico e educativo desenvolvido através de um projeto de pesquisa que analisou as atitudes de crianças com autismo em várias circunstâncias do seu cotidiano (Rissatto, 2022).

Este sistema foi construído com base na psicolinguística e na psicologia comportamental, com o objetivo de auxiliar indivíduos com TEA a serem mais autossuficientes e alcançar a autonomia através do aprimoramento de novas competências e um maior entendimento do mundo em que vivem. O método é baseado na organização de uma rotina num ambiente no qual as crianças estão inseridas, e essa organização se dá através de quadros, painéis ou agendas, formando sistemas de trabalho que sejam mais fáceis para a compreensão da criança, assim ela ficará mais familiarizada com o ambiente. O TEACCH é essencial para que a criança tenha noção de que pode ser mais independente sem precisar necessariamente do professor, ele irá ajudá-la nas questões de aprendizado, contudo, futuramente ela poderá desenvolver sua autonomia sozinha e adquirir várias habilidades (Rissatto, 2022).

Para Rissatto (2022) os principais princípios do método TEACCH são: ajuste dos objetivos de acordo com as individualidades da pessoa com TEA; estruturação do ambiente educacional; entendimento do autismo e reconhecimento das diferenças através de avaliações individuais; ensino flexível; concentração no indivíduo, suas preferências, habilidades e dificuldades; organização de atividades diárias através de diversos meios, como fotografias e desenhos; uso de estruturas visuais para a organização de ambientes e atividades. Além disso, o método emprega uma avaliação denominada de Perfil Psicoeducacional Revisado - PEP-R. Através dela, pode-se avaliar a criança autista e reconhecer seus pontos fortes e interesses, além das dificuldades cotidianas. Com todas essas informações, os especialistas podem criar um programa personalizado para o desenvolvimento das competências requeridas de cada criança com autismo.

Para a eficácia do TEACCH, é necessário adaptar o ambiente de aprendizado para facilitar a compreensão da criança sobre o mundo que a rodeia, promovendo assim mais autonomia e independência nas suas decisões e, assim, favorecer o seu desenvolvimento.

Outro método bastante utilizado é o *Picture Exchange Communication System* (PECS), em português, Sistema de Comunicação por Troca de Figuras, que além de ajudar crianças e adultos autistas, ajuda pessoas com outros distúrbios do desenvolvimento. Foi criado em 1985 como uma combinação de programas de capacitação aumentativa/alternativa única que ensina indivíduos com autismo e outros problemas similares a desenvolver a comunicação. Originalmente empregado no *Delaware Autistic Program*, o método passou a ser conhecido em todo o mundo por auxiliar às pessoas no processo inicial da comunicação (Ischkanian, 2020).

Este sistema pode ser utilizado em vários ambientes, para desenvolver as habilidades comunicativas de autistas, contribuindo assim para um melhor processo de aprendizagem. Ele não exige materiais sofisticados ou caros e foi projetado para ser econômico, além disso, foi criado pensando em professores, familiares da criança autista e cuidadores, possibilitando seu uso em uma variedade de contextos e de cenários. Ele é utilizado principalmente com pessoas que não se comunicam ou que falam pouco, e ajuda a criança a desenvolver a capacidade de se comunicar com os outros mais rápido e fácil. Este método tem sido bem reconhecido em diversos lugares do mundo, tanto pelo custo benefício como pela sua eficiência (Ischkanian, 2020).

Fonoaudiólogos com experiência e formação no PECS executam seu treinamento em seis etapas resumidas a seguir: Na fase 1 a criança é estimulada a utilizar figuras para expressar/demonstrar seu interesse por um objeto que lhe é atraente. Já na fase 2 a meta é instruir os estudantes a se tornarem comunicadores para entender de maneira eficaz a relevância do uso de cartões e insistir a criança a utilizá-los em qualquer contexto comunicativo. Na fase 3 a criança é estimulada a escolher uma figura específica entre diversas alternativas apresentadas. Ela precisa classificar os cartões e entregá-los ao assistente de comunicação. Neste ponto, a criança já consegue expressar sua intenção através da escolha independente do seu assistente. Na fase 4 instrui os alunos a usar uma estrutura de frase na sala de aula para expressar um desejo na forma de "Eu desejo". Nesta fase, o vocabulário funcional é consideravelmente expandido (Santos *et al.*, 2021).

Na fase 5, instrui os estudantes a responderem à questão "O que você deseja?" utilizando frases básicas com os cartões. E por último, na fase 6 instrui os estudantes a expressarem suas opiniões sobre assuntos do seu entorno, seja de forma espontânea ou em resposta a uma questão. Assim, o PECS oferece a oportunidade de aprender as regras fundamentais da comunicação, possibilitando que crianças autistas não verbais ou com

mínima verbalização possam se envolver na dinâmica da comunicação social (Santos *et al.*, 2021)

3. A CRIANÇA AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR

3.1 LINHAS GERAIS

Para a criança autista, a presença de um profissional que tenha as qualificações certas e conheça bem o autismo é imprescindível para a evolução daquele aluno. Há um conjunto de fatores especiais que contribuirão para seu progresso. Vale salientar que o professor é o elemento primordial desse processo, pois ele será um dos principais responsáveis para fazer com que a criança tenha um bom desempenho intelectual, cognitivo e social. Portanto, o professor deve ser paciente e habilidoso, estar disposto a desenvolver métodos educacionais diversificados e ter a sua disposição os materiais necessários para lhe auxiliarem neste percurso.

Também é necessário que os professores tenham uma qualificação específica e acesso a materiais pedagógicos exclusivos que possam auxiliá-los na forma de educar alunos com autismo. Além disso, é fundamental que estes profissionais tenham uma ampla visão acerca das vivências e particularidades de cada criança para poder trabalhar com elas a partir disso, salientando a importância da família, da escola e dos órgãos públicos que possam dar todo o suporte necessário para o desenvolvimento do aluno. Contudo, não existem muitas vantagens em o professor conhecer determinados métodos e não saber passar para os alunos de forma que não fique exaustivo, porque a maioria das crianças com autismo demoram mais tempo para aprender, então é necessário cuidado, paciência e sabedoria.

Cabe ao professor identificar diferenças no comportamento e desenvolvimento cognitivo do aluno, para que este comunique primeiramente ao núcleo gestor, aos pais e assim, as devidas atitudes sejam tomadas o mais rápido possível. Com isto, a criança irá obter o suporte necessário para seu desenvolvimento. De acordo com Martinoto (2012, p. 09):

[...] para promover uma adequada aprendizagem, o professor precisa ter muito cuidado com a organização e condições estimuladoras do ambiente, às instruções e sinais que a criança proporciona os auxílios que lhes são ajustados, as motivações e reforços utilizados para fomentarem sua aprendizagem.

Nesse sentido, o professor deve sempre manter a atenção do aluno com TEA nas atividades educacionais que ele propõe em sala de aula para que o aluno mantenha o foco e não se distraia com coisas irrelevantes. Ou seja, mudar o local de ensino, levá-lo ao pátio da escola para que ele se aproxime mais das pessoas e possa interagir com elas, utilizar materiais que possam atrair a atenção das crianças (Martinoto, 2012).

É importante também que o professor mantenha sempre um diálogo com os pais da criança autista, porque eles irão repassar as informações necessárias para o educador, como algumas tarefas que utilizam em casa com seu filho e o que o deixa mais à vontade. Essa troca de diálogo é fundamental, porque além dos pais oferecerem informações sobre as necessidades de seu filho, os professores também poderão ajudá-los a trabalhar em casa com o aluno, ensinando algumas tarefas, brincadeiras e atitudes que eles devem ter com a criança. Assim ela terá o suporte necessário na escola e em casa para que se desenvolva e aprenda cada vez mais. Logo, também é necessário que o professor esteja sempre buscando conhecimentos para responder com qualidade a todas as necessidades educativas especiais do aluno na escola inclusiva. Para Mantoan (2006, p. 57):

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nesse processo de inclusão, as maiores responsabilidades são atribuídas a escola. Entretanto, não pretendemos, nesse tópico específico, tratar das consequências positivas e negativas que esse fator traz para a escola e, principalmente, para o professor. Para que esse processo inclusivo aconteça a escola deve estar pronta para receber os alunos com autismo e que possa inseri-lo no ambiente escolar sem preconceitos, e que levem em conta os valores e seu histórico familiar. Para além disso, vale lembrar que a escola se constitui de inúmeros conjuntos de profissionais de diferentes áreas, e todas, além dos professores, precisam participar desse processo de integração do aluno autista (Martinoto, 2012).

Nesse sentido, a escola não deve apenas inserir o aluno com TEA na sala de aula, mas mediar o seu desenvolvimento cognitivo, social e intelectual, para que aconteça uma promoção em sala de aula e o aluno possa se sentir envolvido e membro da comunidade escolar. Além disso, a organização da sala de aula, a forma como os objetos são dispostos no espaço também influenciam diretamente no conforto e na comodidade do aluno.

Desse modo, segundo Mantoan (2003, p. 81), ensinar na perspectiva da inclusão significa “[...] ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”. Além disso, a autora afirma ainda que “[...] a inclusão não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design

diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda [...]”.

Nesse contexto, o que as crianças carecem é que às entendam como um ser em constante desenvolvimento, e que necessitam da mediação de profissionais nas atividades que desenvolvem, de forma lúdica e paciente. Mantoan (2010) defende que a escola, enquanto instituição, pode e deve adotar um novo projeto educacional que vise uma transformação completa de seu funcionamento.

Vitta e Monteiro (2010, p. 418) afirmam que “a educação infantil é importante para o desenvolvimento de qualquer criança, especialmente para aquelas com necessidades educativas especiais, o que inclui o autismo”. Assim, fica claro que a base para o desenvolvimento dos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais da criança é construída, em boa parte, no contexto escolar. Isso possibilita a criança um maior autoconhecimento e autoconfiança, desenvolvendo tanto sua autonomia como lhe dando a oportunidade de construir novos conhecimentos dentro no âmbito escolar.

Entre as possibilidades apresentadas por inúmeros estudos na área, o que se deve fazer é focar nas habilidades que os alunos autistas apresentam, que são percebidas no contexto escolar e familiar. Entretanto, segundo Kubaski, Pozzobon e Rodrigues (2015, p. 14) o que “se percebe em alguns professores de alunos com TEA é uma tendência a focalizar os comprometimentos da criança em detrimento das habilidades que ela possui ou possa desenvolver”. Essa prática, no entanto, precisa ser revista, pois, além de dificultar o aprendizado e desenvolvimento do aluno, pode acarretar em algum tipo de bloqueio advindo de um sentimento de frustração ou cansaço por não conseguir aprender aquele ponto em particular.

Esse comportamento negativo pode ser visto ao analisarmos, mesmo que brevemente, a posição das escolas quando o debate sobre inclusão teve início. A escola, nesse período, não era muito aberta para a inclusão de alunos com autismo, por exemplo, muito menos estava disposta a mudar o seu funcionamento, a se debruçar sobre as particularidades dos alunos, o que só reforçava o seu despreparo frente aos alunos autistas e que com outros transtornos que chegavam à escola (Martinoto, 2012).

Sobre isso, Castanha (2016, p. 30) afirma que “os professores foram ‘surpreendidos’ com a inclusão de alunos de/com várias necessidades especiais”. O autor ainda afirma que “infelizmente, a escola e os professores não foram preparados para recebê-los e trabalhar com eles, o que causa um transtorno para ambas as partes” (Castanha, 2016, p. 30). A partir destas

problemáticas surgiram vários questionamentos sobre a eficácia da inclusão no sistema escolar.

3.2 DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A INCLUSÃO

Nilsson (2003) afirma que o objetivo da educação especial é o de reduzir os obstáculos que impedem o indivíduo de desempenhar completas atividades e participação plena na sociedade. Concomitante ao exposto pelo autor, os recentes estudos em Educação Especial mostram que o tema é importante tanto do ponto de vista da própria escola, que presa pelo bem-estar dos alunos, como do ponto de vista da lei, que cada vez mais se alinha aos ideais voltados para uma educação mais inclusiva. Entretanto, muitos desafios se impõem nesse processo.

O primeiro ponto que precisamos ter em mente é que promover a inclusão requer principalmente uma mudança de atitude e perspectiva em relação à deficiência. Isso envolve desafiar paradigmas e reformular nosso sistema educacional para garantir uma educação de qualidade. Na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam assegurados a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. A abordagem que trata a Educação Especial como um serviço separado cria uma segregação, resultando em dois sistemas educacionais distintos: o regular e o especial, perdendo assim as vantagens que a convivência com a diversidade pode oferecer.

Santos (2001) afirma que a oferta da Educação Especial como um serviço segregado, como apontamos no parágrafo anterior, e historicamente voltado para a educação de pessoas com deficiência, geralmente ocorria em ambientes especializados, com abordagens terapêuticas, resultando na criação de dois sistemas educacionais distintos: o regular e o especial. Tanto é que são comuns as denúncias por parte da família e alunos segregados nas classes de aulas.

Para certas instituições escolares, o simples ato de admitir e matricular um aluno com necessidades especiais pode ser visto como inclusão, porém, o processo não se resolve assim tão facilmente. A verdadeira inclusão requer mais do que apenas presença; é necessário que haja aprendizado, o que implica em uma revisão dos nossos conceitos de aproveitamento e currículo. Estes não devem se limitar apenas às atividades acadêmicas, mas deve abranger todas as experiências que promovam o desenvolvimento tanto de alunos típicos quanto de alunos com TEA (Batista; Cardoso, 2020).

Desse modo, as atividades cotidianas também podem formar parte do currículo e, em certos casos, até mesmo representar os principais "conteúdos" a serem ensinados. A questão que precisamos considerar é se a escola oferece para a criança com TEA um ambiente significativo para aprendizagem. Se a resposta for sim, então podemos afirmar que estamos adotando práticas inclusivas. Entretanto, fazer mudanças no currículo, nos conceitos de aprendizagem e na estrutura das aulas não são responsabilidades apenas do professor ou da escola, no atual funcionamento da educação, os professores e as escolas são os últimos que são ouvidos ou levados em consideração no momento de concepção dos currículos dentro do sistema (Batista; Cardoso, 2020).

É importante ressaltar que quando discutimos as práticas inclusivas, é crucial destacar a importância da formação dos professores que irão trabalhar em salas de aulas inclusivas para o sucesso do processo de inclusão. Até recentemente, apenas os professores com interesse na Educação Especial e Inclusiva buscavam formação específica nessa área e, posteriormente, decidiam se iriam se dedicar ou não a essa vertente. No entanto, a demanda pela inclusão chega às escolas antes da preparação adequada dos professores, e a solução tem sido a capacitação desses profissionais durante o exercício da função, por meio de programas de formação continuada. O planejamento e implementação de práticas pedagógicas eficazes e adequadas às diferentes necessidades são fundamentais para o progresso dos alunos com TEA, e isso só é possível quando o professor recebe o embasamento teórico, prático e o apoio pedagógico adequados (Batista; Cardoso, 2020).

Entretanto, esse cenário, apesar de não ser o ideal, ainda é o ponto mais avançado que a Educação Especial Inclusiva já chegou. Vale lembrar que ao longo da história, a criação de instituições e escolas destinadas a atender pessoas com TEA tem sido impulsionada por esforços isolados, seja por familiares dessas pessoas ou pelos próprios indivíduos com deficiência. Nota-se uma falta de políticas públicas eficazes que garantam um autêntico avanço na inclusão social. Por outro lado, a defesa dos direitos das pessoas com deficiência tem sido conduzida por movimentos fragmentados, inicialmente liderados por pequenos grupos e, posteriormente, integrados às políticas sociais.

Portanto, a fim de promover a inclusão, a escola deve superar não apenas as barreiras físicas, mas principalmente as barreiras relacionadas as suas atitudes frente a esses desafios. Isso requer adaptações significativas, como ajustes curriculares, modificações nos sistemas de avaliação, adaptação de materiais e equipamentos. Além da capacitação dos profissionais envolvidos e preparação dos alunos e seus pais para receber pessoas com deficiência para que consigam se desenvolver melhor, pois elas têm uma grande possibilidade.

Para Dias (2015), as crianças autistas tem total capacidade de ter conquistas e resultados positivos na vida adulta pelo seu demasiado desenvolvimento do pensamento, podendo suprir suas deficiências e dificuldades pela sua elevada forma de pensamento/imaginação e suas vivências pessoais. Além disso, apesar das diferenças e especificidades das crianças, elas têm capacidade de conviver em sociedade e desempenhar papéis, assim como as crianças típicas. Entretanto, é através da educação que elas poderão desenvolver seu papel com sucesso e aprimorar suas habilidades sociais, de fala, comunicação, melhorar sua capacidade cognitiva, e contribuir para seu autoconhecimento. Essas e outras questões se trabalhadas de forma correta na escola farão com que a criança consiga ter um bom desempenho escolar e um pensamento de que são capazes de agir, interagir e aprender como todos os outros.

Contudo, sem as adaptações adequadas, o processo de inclusão pode acabar sendo mais segregador do que a exclusão explícita, pois compreendemos que a inclusão não se limita apenas à interação social, mas deve priorizar o desenvolvimento educacional da criança com TEA. É nesse sentido que ressaltamos que, no Brasil, o ensino de crianças e jovens com autismo geralmente ocorre em escolas especiais ou em clínicas-escolas, possivelmente devido aos desafios associados à educação desses indivíduos, dadas as características específicas dessa população. Já que o TEA, sendo um transtorno do neurodesenvolvimento é complexo e requer intervenções especializadas ao longo da vida do indivíduo (Batista; Cardoso, 2020).

Isso porque, ao analisarmos o histórico da educação, é possível perceber que a sociedade criou e estimulou diversos estigmas relacionados aos padrões a serem seguidos e aos papéis a serem desempenhados, os quais foram assimilados e reproduzidos pelo sistema educacional. Diversas abordagens e concepções marcadas por processos redutores e de segregação desvalorizaram as pessoas com deficiência, considerando-as "inúteis" para a sociedade. Essas características são o resultado de questões históricas e representações sociais construídas ao longo de muitos anos, que influenciam a forma como as estratégias educacionais para pessoas com deficiência são vistas e concebidas (Silva, 2006).

Mantoan (2011) destaca a relevância da escola, argumentando que ela é o ambiente sociocultural responsável pela transmissão do conhecimento de maneira pedagogicamente estruturada, sendo a inclusão um direito universal. Assim, devido à natureza conservadora do ensino, a autora aponta que, na tentativa de promover a inclusão, a escola muitas vezes acaba excluindo o aluno considerado diferente. Segundo a autora:

É inegável, que, por estarem pautadas para atender a um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto escolar elitista, meritocrático e homogeneizador, nossas escolas produzem quadros de exclusão que têm injustamente prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes (Mantoan, 2011, p. 29).

Nessa perspectiva, a autora critica o modelo utilizados pelas escolas para administrar o conteúdo de forma homogeneizadora, caracterizado por práticas pedagógicas excludentes, e aponta os desafios que resultam na negligência de aspectos importantes do aluno. Ela percebe o ensino como prisioneiro do cientificismo, que idealiza um aluno abstrato. Além disso, Cruz (2014, p. 73) complementa essa análise ao discutir o fracasso escolar no contexto da escolarização de alunos com deficiência, acrescentando:

Consideradas incapazes de qualquer tipo de aprendizagem, as pessoas com deficiência têm carregado este estereotipo ao longo dos processos históricos. Consequentemente escola e educadores reproduzem esse preconceito ao enfatizar a impossibilidade de ensino a estes indivíduos, motivo pelo qual grande parte das vezes desistiu-se de investir nos processos educacionais de ensino-aprendizagem para eles.

O autor destaca uma realidade ainda presente em muitas instituições, onde a reprodução do preconceito, ao enfatizar a suposta impossibilidade de aprendizagem desses alunos, resulta em sua exclusão e na renúncia ao investimento no processo de ensino-aprendizagem. Este é um desafio significativo. Ademais, sugerimos também que escolas redefinam seu perfil e revisem suas culturas e práticas, buscando beneficiar todos os alunos. Ao mesmo tempo, ela propõe uma reflexão sobre as dificuldades dos alunos à luz de outros processos educacionais possíveis.

De modo semelhante, oferecer essas oportunidades para que crianças com autismo interajam umas com as outras de sua faixa etária, estimula suas habilidades sociais e evita o isolamento prolongado. Ainda, o conceito de competência social sugere que as habilidades sociais podem ser desenvolvidas por meio das interações que ocorrem durante o processo de aprendizagem interagindo com os outros alunos na sala de aula. Contudo, é essencial respeitar as singularidades de cada criança durante esse processo (Gómez *et al.*, 2009).

A interação com os colegas é fundamental para o desenvolvimento da criança com autismo, assim como para qualquer outra criança. Portanto, acredita-se que ao incluir a criança com TEA no ensino regular, isso pode proporcionar grandes oportunidades de interação social e beneficiar não apenas seu próprio desenvolvimento, mas também o das outras crianças com quem convive. Essa convivência compartilhada permite que as crianças aprendam e cresçam juntas, valorizando e compreendendo as diferenças (Gómez *et al.*, 2009).

No entanto, de acordo com Tezzari e Baptista (2002), a inclusão de crianças com deficiência, infelizmente, ainda está limitada àquelas cujas presenças não exigem uma grande reestruturação extensa e adaptação significativa da escola. Conseqüentemente, crianças com dificuldades e *déficits* cognitivos mais acentuados, como aquelas com nível de suporte 3, muitas vezes não são reconhecidas por suas habilidades individuais. Com base nisso, podemos inferir que a escassez de estudos sobre a inclusão de crianças TEA na rede regular de ensino parece refletir a realidade de que há poucas crianças incluídas, em comparação com aquelas que têm outras deficiências. A literatura tem destacado que isso ocorre principalmente devido à falta de preparo das escolas e dos professores para atender às necessidades da inclusão.

Contudo, em alguns países os termos integração e inclusão sejam vistos como sinônimos, no Brasil há uma tendência a distingui-los. Enquanto a integração se concentra na possibilidade de indivíduos com deficiência frequentarem escolas comuns, cujo currículo e método pedagógico são direcionados para crianças consideradas sem deficiência, a inclusão muda o foco da criança para a escola. Nesse caso, é o sistema educacional e social que precisa se adaptar para receber a criança com deficiência, conforme determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Mantoan, 2003).

Portanto, a ausência de um trabalho especializado, fundamentado em uma formação específica que leve em conta as necessidades individuais de cada estudante, tem um impacto negativo na educação de crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista. Isso se deve à demanda por atenção e tratamento especial, decorrente das limitações psicológicas, físicas e emocionais desses alunos. Conseqüentemente, as dificuldades e desafios enfrentados pelos educadores para lidar com as particularidades dessas crianças têm sido uma preocupação constante nos sistemas educacionais e das famílias com pessoas com TEA.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O mundo gira e, nessas voltas, vai mudando. E, nessas mutações, ora drásticas, ora nem tanto, vamos também nos envolvendo e convivendo com o novo, mesmo que não nos apercebamos disso. (Mantoan, 2006, p. 13).

O uso desta citação ao iniciar a seção convida-nos a analisar a importância do mudar, pois as transformações são significativas e fazem parte da evolução humana, uma vez que nos possibilita adaptar-se a novas situações para que sejamos capazes de aprender e crescer cada vez mais. Entretanto, muitas vezes resistimos à mudança porque nos sentimos confortáveis e seguros na rotina e no ambiente familiar. Logo, pensamos sobre a importância de se falar sobre o Transtorno do Espectro Autista e a Inclusão para tentar entender a complexidade deste tema e as dificuldades que a criança autista tem ao longo de sua vida.

Discutir sobre pesquisa científica pode ser um tanto complexo pois requer vários estudos para compreendê-la e muita pesquisa, no entanto, é um tema que precisa ser debatido em todos os espaços. Logo, é importante introduzir pesquisas científicas para os alunos desde a tenra idade para que se familiarizem com o processo de realização de pesquisas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Prodanov (2013, p. 44) uma pesquisa incentiva o aprendizado a partir da busca por respostas de questionamentos, ou seja, se um indivíduo não possui dados suficientes para resolver um problema ou sanar dúvidas, a pesquisa contribui para isso, então é através da pesquisa que se faz Ciência e que os problemas são solucionados, pois ela é a base da transformação do conhecimento.

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada (Prodanov, 2013. p. 43).

Nesse sentido, a pesquisa científica é um processo sistemático que é conduzido com intencionalidade, focando no exame de um objeto com a intenção de compreender e obter resultados sobre determinado assunto. Para que isso seja bem-sucedido, é essencial selecionar os procedimentos metodológicos e as técnicas para sua efetivação. Para a realização desta

pesquisa, utilizamos vários autores que serviram como aporte teórico para que pudessem estabelecer o caminho da investigação científica usando uma abordagem qualitativa.

Para Tozoni Reis (2009, p. 10), “a pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimentos sobre fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que descrevê-los”, portanto, esta metodologia de pesquisa examina fatores relacionados à avaliação das ações dos atores sociais para compreender os aspectos sociais e comportamentais dos sujeitos.

Este estudo tem caráter exploratório onde o principal objetivo é gerar novas ideias e compreensões, pois muitas vezes, no início de um estudo, as questões a serem abordadas não estão totalmente definidas e carecem de informações para um entendimento aprofundado, então para Severino (2013, p. 107),

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa.

Optamos pela abordagem qualitativa e de campo porque leva em consideração o objetivo deste estudo, que é o de compreender, a partir da percepção dos docentes, como os professores trabalham em sala de aula com os alunos autistas, quais são as maiores dificuldades que eles têm para auxiliar esses alunos e como acontece o processo de inclusão para continuar com a investigação desse assunto.

4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como parte dos procedimentos técnicos, propomos utilizar a técnica de entrevista semiestruturada para analisar o tema de nosso estudo que abordou questões sociodemográficas, assuntos centrais da discussão do ponto de vista das educadoras acerca da Inclusão e do aluno com TEA. A escolha dessa técnica se deu levando em consideração vários autores que estudam sobre o tema e as estimativas de pesquisas científicas direcionadas a essa área do conhecimento. É uma técnica que de acordo com Tozoni Reis (2009, p. 29),

É a técnica de coleta de dados em que o pesquisador usa o roteiro como referência para a entrevista que transcorreu de forma mais livre, tal como uma conversa entre entrevistador e entrevistado sobre os temas de interesse da pesquisa.

Portanto, é um método mais improvisado em que o entrevistador faz apenas algumas perguntas com antecedência. A parte restante do procedimento é semelhante a uma conversa,

muitas vezes não estruturada e não planejada previamente, então o entrevistador também tem a liberdade de acrescentar mais perguntas se a conversa tomar um outro rumo (Tozoni Reis, 2009).

É uma técnica escolhida dada a capacidade de obter informações que não estão contidas em documentos legais, o pesquisador que emprega esse método para estudar fatores tem a capacidade de entender o que os indivíduos sabem, realizam e apresentam (Tozoni Reis, 2009).

As professoras que contribuíram para a realização deste estudo foram entrevistadas na escola em que atuam numa sala de aula reservada, de forma presencial. É importante ressaltar que uma das entrevistadas aceitou que a entrevista fosse gravada em áudio por um celular com gravador. A outra optou por ser de forma escrita, pois não se sentia à vontade com a gravação de voz. Em seguida foram feitas transcrições e análises, identificando determinados trechos da entrevista onde as docentes fizeram seus argumentos acerca da dificuldade de lidar com as crianças que tem o TEA e como ocorre a inclusão naquele ambiente para entender como acontece a aprendizagem dos alunos autistas e as abordagens metodológicas utilizadas.

Sobre os roteiros das entrevistas (ver Apêndice A) foram os mesmos para professoras de salas diferentes que contou com 15 perguntas sobre o tema autismo e inclusão, além de perguntas sobre suas formações para atuar com estes alunos, o tempo de atuação na escola, etc. Além disso, o roteiro de coleta de dados incluiu perguntas relacionadas à identificação da escola, seja ela privada, pública, municipal ou estadual, a quantidade de crianças com TEA na escola e na classe, o horário das aulas e outras questões sociodemográficas. Também, a respeito das dificuldades encontradas ao ensinar esses alunos e suas visões acerca da inclusão.

4.3 LÓCUS DA PESQUISA E SUJEITOS

A pesquisa realizada teve como público alvo duas professoras da Educação Infantil de salas diferentes, turmas que contam com alguns alunos autistas de um colégio público de Ensino Infantil e Fundamental da cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. O município conta com aproximadamente com um total de duzentas e vinte e quatro escolas de rede privada, municipal, estadual e federal. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino e fica localizada na zona urbana. A referida escola conta com 163 alunos no total, dos quais 15 são autistas.

A escola escolhida despertou o interesse para a realização da pesquisa porque é uma escola bem organizada e com uma estrutura que chamava a atenção de todos por ser muito

bem cuidada, cativante, colorida e com brinquedos por toda parte para os alunos se sentirem à vontade e terem prazer em frequentá-la, tanto pelo ambiente interno, quanto pelo externo, além do número significativo de alunos com TEA em todas as salas de aula.

Para iniciar a pesquisa foi realizada uma visita à escola para uma conversa formal com a diretora administrativa apresentando a pesquisadora e a proposta de pesquisa. Depois foi marcado um outro encontro com a gestora e as professoras que participaram da entrevista para discutir sobre o tema do trabalho e sua importância, além dos pontos centrais da pesquisa, seus objetivos e sua importância para a formação de professores e a socialização de material em pesquisas sobre um tema persistente da realidade escolar.

Também foi apresentado e explicado para a gestora os documentos a serem assinados por elas e a pesquisadora. Foi assinado o termo de anuência, que é uma declaração de concordância das instituições participantes e coparticipantes da pesquisa, neste momento e o TCLE, documento que as professoras assinaram, importante para garantir que os direitos dos participantes sejam respeitados.

A gestão da instituição, sempre muito solícita, ajudou e colaborou em todos os momentos para que corresse tudo bem e a pesquisa obtivesse sucesso, com mediação prévia com as entrevistadas. De início foi feita uma visita na escola e propomos entrevistar duas professoras que ministram aula em turmas com alunos autistas.

O foco do estudo é mais amplo, com parte de seu trabalho envolvendo a aquisição de dados descritivos por meio da interação direta e ativa do pesquisador com o sujeito do estudo. Então do ponto de vista dos participantes do estudo, foi possível apurar a compreensão das dificuldades que os professores tem ao ensinar alunos autistas e como acontece a inclusão, ou a tentativa dela, no cotidiano escolar, além de comentar um pouco acerca das práticas pedagógicas empregadas.

Por conseguinte, a gestão sugeriu que fosse entrevistada primeiro a professora do Infantil IV e dois dias depois a professora que ministra aula no Infantil V após a apresentação dos objetivos da pesquisa. Isso porque a outra docente não estaria na escola por motivos pessoais, ficando para participar da entrevista dois dias depois. A turma do Infantil IV conta com 24 (vinte e quatro) alunos matriculados e funciona no turno vespertino sendo 5 (cinco) diagnosticados com TEA, onde apenas 3 (três) alunos são acompanhados por cuidadores porque segundo a professora, os outros não necessitam tanto de cuidador, pois suas limitações são menores. Cada criança dispõe de grau de acompanhamento e especificidades diferentes na turma.

A outra turma escolhida para a realização do estudo foi a sala do Infantil V que conta com 22 (vinte e dois) crianças matriculadas e funciona no turno matutino sendo 3 com autismo, onde apenas dois possuem cuidadores. De acordo com ela, as maiores dificuldades são fazer com que se adaptem a rotina, pois tem uma criança não verbal que precisa quase sempre ficar mudando as experiências para que ela goste e se adapte para realizar.

Finalizando o momento de visitação, a docente do Infantil IV e a docente do Infantil V foram convidadas a participar desta pesquisa por meio de uma entrevista semiestruturada. O convite foi feito pessoalmente. Na ocasião, a pesquisadora apresentou sua pesquisa, seus objetivos e os critérios de confidencialidade para as professoras afim de deixar tudo claro. Recebeu-se a aprovação para participar da pesquisa e marcou uma data e horário para as entrevistas.

Ao iniciar a entrevista, através das perguntas sociodemográficas às professoras, foi possível identificar seus perfis profissionais e formação. As informações pessoais que serão descritas aqui sobre as docentes serão limitadas para que as entrevistadas não possam ser identificadas. Para identificar as professoras, optamos por usar pseudônimos, que são: Professora Silvia (professora do Infantil IV) e Professora Carla (professora do Infantil V) as duas são formadas em Pedagogia.

A primeira professora que foi entrevistada foi a do Infantil IV, após ter finalizado seu horário de aula a tarde, preferiu que fosse feita a entrevista em uma outra sala de aula. O questionário que foi aplicado à professora Silvia durante a entrevista incluiu perguntas sociodemográficas e sobre o assunto voltado para a pesquisa.

A professora do Infantil IV, a quem foi dado o pseudônimo de Silvia é contratada e é formada em Pedagogia com pós-graduação em Psicopedagogia e Gestão Escolar. Ela só trabalha nas escolas da rede municipal. Ainda, foi possível obter informações a respeito da carreira no magistério da professora Silvia, que trabalha na área desde 1986 e desde 2020 ela trabalha nesta referida escola, onde foi realizada a pesquisa.

A segunda professora que chamaremos de Carla do Infantil V trabalha há 3 anos nesta escola, ministrando aula em 3 turmas diferentes, onde todas elas possuem crianças com TEA. A professora Carla é Especialista em Educação Infantil.

4.4 MÉTODO EMPREGADO PARA A ANÁLISE DOS DADOS

Durante a realização da entrevista foi usado um gravador de voz de celular com uma das professoras para gravar todas as respostas das perguntas e em seguida ser feita a transcrição para o computador pelo próprio pesquisador. Ao fazer a entrevista optou-se por

usar esta ferramenta para aumentar a capacidade de registro e capturar elementos importantes da comunicação para que nada importante ficasse de fora, como pausas para refletir sobre o que foi falado, dúvidas existentes ou entonação da voz, aperfeiçoando a capacidade de entender a história (Schraiber, 1995).

Já a outra professora, por motivos pessoais, optou por fazer a entrevista através de anotações no caderno porque não se sentia à vontade com a gravação de áudio, logo, a entrevista foi presencial e as anotações eram feitas no caderno, pois de acordo com Halcomb e Davidson (2006, p. 38), transcrever consiste na “[...] reprodução das palavras faladas, como as que provêm de uma entrevista”.

A transcrição dá ao pesquisador a capacidade de analisar com mais profundidade o conteúdo da entrevista. Portanto, esta técnica é crucial porque possibilita uma coleta de informações diretamente das fontes durante as entrevistas, explorar temas complexos e contextualizar informações para obter uma compreensão mais profunda durante as análises (Halcomb; Davidson, 2006).

Assim sendo, para fundamentar a análise dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo na modalidade temática de Bardin (1977). Após as entrevistas, os dados coletados foram analisados para melhorar a compreensão e a seleção do material que foram organizados em duas categorias principais de análise de acordo com os tópicos centrais abordados nos roteiros de entrevistas. A inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino e a dificuldade e estratégias utilizadas por professores para ensinar alunos com TEA.

4.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

É importante destacar que todos os passos envolvidos na realização desta pesquisa, desde a obtenção da permissão da direção da escola até a aceitação dos professores que participaram por meio de entrevistas, foram documentados para eventuais consultas e para garantir a conformidade com os padrões éticos da pesquisa.

O compromisso que o pesquisador deve ter com a escola ou com os sujeitos que ajudaram a realizar o estudo é uma orientação ética no que diz respeito à divulgação dos achados da pesquisa. Portanto, a análise de pesquisa deve ser aquela que transmite autenticidade, ética e comprometimento no sentido de que deve proteger a identidade dos sujeitos envolvidos nesse processo, desde o participante da pesquisa até o pesquisador.

A participação das professoras foi voluntária. Elas poderiam retirar seu consentimento a qualquer momento durante as entrevistas, sem que houvesse prejuízo. Ademais, todas as informações coletadas são mantidas em sigilo, o que ficou bem claro para todos as

participantes ao iniciar a pesquisa. Portanto, os dados serão armazenados em um local seguro e os resultados serão divulgados de forma que nenhum voluntário possa ser identificado.

Diante desses fatores, foi desenvolvido neste trabalho um Termo de Anuência para a permissão da diretora da escola em realizar a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a realização das entrevistas, com o objetivo de resguardar o direito dos participantes de recusar a participação ou mesmo retirar seu consentimento a qualquer momento durante a pesquisa e também proteger a confidencialidade e a identidade dos entrevistados.

5. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES

A admissão e matrícula de um aluno com TEA pode ser vista como inclusão em certas instituições, no entanto, o processo é um pouco mais difícil de se resolver. A verdadeira inclusão carece mais do que o aluno apenas estar presente, é preciso também aprender, o que significa repensar nosso currículo e nossos conceitos de aproveitamento. Estes não devem se limitar apenas às atividades acadêmicas, eles devem incluir todas as experiências que ajudam a desenvolver os alunos com e sem deficiência.

Trata-se de um trabalho de “ressignificação” do papel da escola com professores, pais e comunidades interessadas, bem como de adoção de formas mais solidárias e plurais de convivência. Para terem direito à escola, não são os alunos que devem mudar, mas a própria escola! O direito à educação é natural e indisponível (Mantoan, 2006, p. 09).

Nesse caso, a inclusão é indispensável para o aluno, pois é na escola que ele vai se desenvolver de forma completa, já que é um ambiente em que eles irão adquirir conhecimentos, trocar experiências e melhorar as relações interpessoais com professores e estudantes de diversas faixas etárias. Portanto, os alunos podem obter experiências que contribuam para sua formação social por meio dessas relações interpessoais. A inclusão é um método de integração essencial dentro da comunidade escolar (Mantoan, 2006).

Isso nos faz pensar no quão importante é a realização de estudos que levem em consideração as características do Transtorno do Espectro Autista, como as crianças com TEA vivem no ambiente escolar, aprendem e se socializam. Isso significa que, devido à sua relevância acadêmica, social e profissional, este estudo permitiu a interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, compreendendo o ponto de vista dos professores sobre a presença de crianças com autismo na escola.

É importante reforçar que a execução da pesquisa de campo se deu através do aceite da gestão da escola e das professoras que contribuíram em todo o curso da pesquisa colaborando de todas as formas possíveis para que houvesse êxito na finalização do trabalho, pois as educadoras trouxeram temáticas muito relevantes sobre a inclusão do aluno com TEA na escola e as dificuldades existentes no processo de ensino aprendizagem dos educandos, além de estratégias utilizadas para ensiná-los.

As perguntas dos questionários são divididas em duas categorias principais: a primeira trata de questões sobre a inclusão de alunos autistas na escola e a segunda está voltada para a percepção das docentes acerca das dificuldades que os professores enfrentam ao lidar com este público.

5.1 INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA ESCOLA REGULAR

A inclusão de alunos com TEA é uma realidade nas escolas de ensino regular. Os alunos autistas têm alterações em seu desenvolvimento, incluindo alterações na comunicação, interação social e um repertório restritivo de interesses e atividades. Muitos profissionais da educação ainda enfrentam desafios para incluir esses alunos no ambiente escolar. A inclusão de alunos autistas enfrenta vários desafios, principalmente no que diz respeito às práticas pedagógicas usadas durante o curso de estudo (Associação Psiquiátrica Americana, 2014).

A compreensão de que a inclusão não se limita apenas à interação social, mas deve priorizar o desenvolvimento educacional da criança com TEA por completo, faz com que o processo de inclusão acabe sendo mais segregado do que a exclusão explícita se não for feito as adaptações adequadas. Devido às características distintas dessas crianças, o ensino aprendizagem de alunos com transtorno do espectro autista requer mudanças nos métodos de ensino convencionais. Pois cada criança autista tem seu modo de aprender e suas peculiaridades, nenhuma é igual a outra. Isso cria obstáculos para os educadores e exige superação de obstáculos para garantir que essas crianças sejam incluídas e permaneçam no ensino regular (Santos, 2001).

Sobre a questão da Inclusão, foi feita a seguinte indagação para a professora Silvia e a professora Carla: “*O que você pensa sobre Inclusão?*”. Elas responderam que:

A inclusão foi uma porta aberta para as pessoas segregadas para que fossem incluídas, tivessem um maior reconhecimento e pudessem entender que são todas iguais, porém com algumas deficiências e limitações. E estes alunos muitas vezes são mais inteligentes do que os ditos normais (Professora Silva, 2024).

Inclusão é o ato de incluir, inserir o que antes era excluído e não fazia parte. Essa inclusão nas escolas é dar acesso aos alunos que antes não tinha, seja por diversos fatores (Professora Carla, 2024)

Essa fala reflete a perspectiva da integração e da inclusão. Para Mantoan (2003) o processo de integração diz respeito a questão de incluir o aluno na sala de aula regular, porém não existe um olhar diferenciado para este aluno, pois o sistema de ensino não se esforça para se adequar às dificuldades dos educandos, mas o aluno é quem precisa mudar para se ajustar às exigências educacionais.

Os termos integração e inclusão são vistos como sinônimos em alguns países, no Brasil há uma tendência a diferenciá-los. O objetivo da integração é permitir que indivíduos com deficiência frequentem escolas comuns, com aulas e abordagens educacionais adaptadas

às crianças consideradas "normais". No entanto, com a inclusão, o foco da escola muda para se concentrar nas crianças. Para acolher a criança com deficiência neste caso, é necessário que o sistema educacional e social se adapte (Mantoan, 2003).

De acordo com o que determina a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), um direito fundamental de todos os brasileiros é o acesso à uma educação de qualidade, portanto, é de responsabilidade do Estado e da família garantir o acesso e também a permanência desses alunos na escola para que se desenvolvam de forma integral. O estado é responsável por fornecer a educação básica gratuita a todas as pessoas e fornecer acompanhamento educacional especializado com foco nas necessidades específicas de cada aluno.

Sobre o Transtorno do Espectro Autista foi feita a seguinte pergunta para a professora Carla, professora do Infantil V “*Para você, o que é o autismo?*” A resposta foi: “autismo é um transtorno no desenvolvimento do cérebro que por sua vez afeta o relacionamento com pessoas e ambiente”. A resposta de Carla está embasada nos conceitos científicos trazidos pela literatura sobre o TEA e conforme Brasil (2015): o Transtorno do Espectro Autista é definido de acordo com o transtorno do neurodesenvolvimento cujas características principais são: comportamentos restrito-repetitivos, estereotípias, dificuldades de interação social e comunicação com outras pessoas estando associado a pré-disposição genética e alterações causadas por deficiências fisiológicas ou anatômicas do sistema nervoso central (SNC).

Os indivíduos que estão dentro do espectro autista podem ter problemas na comunicação ou interação social, como linguagem verbal ou não verbal e correspondência socioemocional, bem como padrões de comportamento limitados e repetitivos, como movimentos constantes, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais. Todas as pessoas com autismo são confrontadas com essas dificuldades, mas cada um sofrerá de maneiras diferentes, o que leva a situações extremamente únicas. Embora ainda seja chamado de autismo infantil e ser diagnosticado com frequência em bebês e crianças, o distúrbio é uma condição que não tem cura e acompanha o indivíduo ao longo de todas as etapas da vida (Brasil, 2015).

Os sintomas, independentes dos níveis de suporte, não são iguais para todos. De igual forma, os tratamentos possíveis e eficazes também não são iguais para todos. Além disso, também não é possível criar um método definitivo que possa servir como base para um diagnóstico. Quando se trata de TEA, é importante ter em mente que as características e os comportamentos que são transmitidos por cada pessoa com autismo serão únicos. Isso irá variar dependendo do grau de comprometimento do sujeito.

Nessa mesma linha de raciocínio, foi feita a mesma pergunta para a professora Silvia que respondeu da seguinte maneira:

O autismo é uma diferenciação. Não é uma doença, mas ele existe e estão surgindo cada vez mais novos casos. Na gestação, a criança já vem com os traços e a mãe pode perceber alguns comportamentos na criança desde cedo (Professora Silvia, 2024).

Sobre esta questão, para Klin (2006) normalmente, os sinais de autismo são identificados entre os 12 e 24 meses de vida da criança, porém podem ser detectados antes se o retardo de desenvolvimento do bebê for severo. Destaca-se que cada criança pode exibir características distintas, e que os sinais podem surgir de maneira individual ou em conjunto. Alguns sinais que o bebê pode apresentar são: contato visual mínimo ou inexistente (por exemplo, não olhar para a mãe enquanto se alimenta); falta de interesse por outros bebês e crianças; falta de habilidade na comunicação não verbal (por exemplo, não indica ou acena adeus, ou utiliza outros gestos para se expressar); falta de expressão facial; não segue objetos de forma visual; não sorri ao olhar para a mãe, entre outros.

Por isso, é importante que o diagnóstico seja feito o quanto antes, considerando que os primeiros anos de vida da criança são fundamentais para a execução de intervenções adequadas, o que constitui um dos elementos importantes para um prognóstico mais promissor em relação ao seu desenvolvimento social. Entende-se que essas áreas de interação social são cruciais e influenciam o desenvolvimento infantil, sendo a escola um dos principais ambientes que promovem esse desenvolvimento. Isso ocorre tanto pela oportunidade de interação com outras crianças, quanto pelo acompanhamento do professor em sala de aula, que tem um impacto significativo no progresso das habilidades dos estudantes (Silva; Mulick, 2009).

Dando continuidade, acerca das dificuldades de ensinar alunos com TEA foi feita a seguinte pergunta para a professora Carla, professora do Infantil V: “*Quais os desafios que você encontra ao ensinar alunos com autismo?*”, cuja resposta foi:

Vários, dentre eles formação na área da educação inclusiva preciso estudar mais sobre o assunto; materiais de sala adequados para trabalhar de acordo com as necessidades da criança; espaços na instituição adequados para atender essas crianças com profissionais capacitados (Professora Carla, 2024).

A literatura brasileira indica que a maioria dos professores não se sentem adequadamente preparados para as exigências da inclusão escolar, evidenciando que o papel do educador é crucial para uma inclusão escolar bem-sucedida.

As questões mais relevantes a serem abordadas atualmente no que diz respeito à inclusão escolar de crianças com deficiências não se limitam apenas ao direito dessas crianças de frequentar a escola regular, mas como os professores, podem proporcionar uma educação apropriada, que atenda às demandas dos alunos com deficiências fazendo com que haja um bom desenvolvimento e permanência das crianças na escola (Matos; Mendes, 2015).

A falta de informações e conhecimentos na formação inicial, assim como ao longo do processo de formação, é um problema. As professoras enfrentam grandes desafios na prática profissional. Na inclusão, é essencial compreender o que precisa ser mudado e ajustado para o progresso das crianças, e não são as atividades passadas, nem o currículo, mas a forma em que são utilizados esses recursos é que devem ser adaptados às necessidades de aprendizado da criança, garantindo que o mesmo conteúdo e a mesma abordagem sejam utilizados pelos demais estudantes sem deficiência (Mantoan, 2006).

A resposta da Professora Silvia para a mesma pergunta acima citada, foi a seguinte: “eles atenderem aos comandos. São crianças que tem dificuldade em obedecer a coisas simples como permanecer sentado e tudo quer resolver na base da agressividade, o que dificulta bastante.”

A vista disso, para Marteleto *et al.* (2011) embora as crianças autistas possuam habilidades sociais limitadas, a agressividade não é um traço característico. Apesar dos estereótipos que essas crianças costumam exibir, as mães conseguem identificar que seus filhos não são agressivos. Esses comportamentos como evitar ser tocado, bater a cabeça na parede, balançar não visam ferir os outros, mas sim proteger-se de algo com o qual não conseguem lidar. Crianças com tais traços tendem a enfrentar grandes desafios para aceitar as restrições impostas pelo contexto familiar e social. E as mães também enfrentam grandes desafios para instruir seus filhos a procurarem outras soluções para os conflitos que surgem diariamente na vida das crianças.

Sobre as dificuldades de aprendizagem foi feito o seguinte questionamento para a professora Carla (Professora do Infantil V) “*Quais dificuldades que eles apresentam em relação a aprendizagem?*”, a mesma respondeu que:

Alguns apresentam resistência ao seguir a rotina da sala, nem todos fazem terapia e apresentam comportamentos mais agitados, outros não conseguem

fixar atenção por muito tempo em determinadas atividades (Professora Carla, 2024).

Sobre esta questão, é possível perceber que é crucial que os docentes estejam familiarizados com o Transtorno do Espectro Autista. Conforme Silva (2022), indivíduos com TEA exibem particularidades ligadas às características do transtorno, que tem diferentes intensidades. Essas características não são imutáveis, podendo ser alteradas com base nas vivências subjetivas de cada indivíduo, afetando o progresso de suas competências.

Ademais, os professores precisam considerar que o aluno é único. Pessoas com TEA possuem características subjetivas que compõem sua personalidade, como qualquer outro indivíduo. A mera inclusão de estudantes com deficiências em turmas comuns do ensino regular não é suficiente, nem permite trocas sociais e simbólicas efetivas. Entende-se que as necessidades dos docentes devem ser atendidas pelas autoridades governamentais, já que é responsabilidade do Estado a gestão dos recursos financeiros, as decisões políticas e o dever de proporcionar um ensino de qualidade a todos.

É essencial o investimento na capacitação dos educadores para uma mediação mais eficaz, expandir e diversificar a equipe de educação especial do município, e revisar ou expandir seu padrão de intervenção em conjunto com os vários membros da comunidade escolar, a fim de atender adequadamente às demandas formativas, de suporte psicológico, de apoio e orientação às práticas pedagógicas dos professores (Matos; Mendes, 2015).

Dentro da mesma perspectiva de discussão, a resposta da professora Silvia para esta mesma pergunta foi “tudo é diferenciado, pois tem um autista que sabe ler e escrever e outro que não aprendeu a fazer nem a primeira letra do nome, há um outro também que fica irritado porque tenta falar e a fala não sai e dificuldade para fazer as tarefas propostas”. Diante do exposto, para Camargo *et al.* (2020) a criança com TEA pode enfrentar dificuldades para se envolver em tarefas escolares, pois, isto está fortemente ligado a aspectos do transtorno que estão associados, por exemplos, a interesses pessoais limitados e à dificuldade para se envolver em atividades que não são as favoritas deles.

Esse conjunto de características bastante únicas resulta em dificuldades comportamentais que precisam ser entendidas através dos interesses e preferências do estudante juntamente com suas dificuldades. No entanto, esses problemas são muitas vezes vistos como birra ou recusa intencional.

Professora Silvia (2024) também relatou que, um de seus alunos autistas se irritava porque tentava falar e a fala não saía, logo, ele tentava chamar a atenção de outras formas para mostrar que ele estava ali, então ele chorava porque ficava frustrado pelo fato de tentar falar e

não conseguir. Ainda conforme a professora, o aluno em questão já está conseguindo falar algumas palavrinhas, como: “sim”, “não” e “quero”.

Porém é muito difícil ainda, porque cada um tem especificidades diferentes e as atividades tem que ser diferenciadas para todos. Um deles não pega em lápis, nem giz, portanto as tarefas tem que ser de colar. Há um outro que gosta bastante de escrever e um outro que apresenta dificuldade em tudo, e outro que apenas rabisca da esquerda para a direita. Ela ainda conta que é muito desafiador, porque todos os outros precisam aprender, apesar de terem três cuidadoras acompanhando, que segundo ela, auxiliam bastante, pois a situação em sala de aula é muito complicada.

Vale ressaltar que de acordo com a Lei Berenice Piana nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que se refere aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º terá direito a acompanhante especializado. Esse acompanhante precisa estar integrado no contexto escolar e ter especialização em educação especial para ter o domínio e a capacidade de acompanhar as crianças deficientes que estejam inseridas na sala de aula, afim de fornecer o auxílio e suporte necessário.

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” alunos com “problemas”; uma escola que enfrente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seu alunado (Carvalho, 2012, p. 96).

Quando um aluno apresenta dificuldades nas atividades escolares, a presença de um acompanhante especializado passa a ser obrigatória para auxiliar o professor, logo, o mesmo pode intervir, dar aulas e sanar as dúvidas do aluno.

A presença de um acompanhante tem contribuído bastante na forma de educar o aluno autista. Destaca-se ainda que não cabe à família arcar com as despesas da contratação do profissional, todas as instituições devem dispor de um profissional para cada aluno que apresente o distúrbio e, com isto, ajudá-la a desenvolver suas habilidades como as outras crianças. Porém, infelizmente, sabe-se que a realidade é outra.

A fim de compreender como as professoras trabalham com os alunos com TEA na escola e na sala de aula, acerca das estratégias utilizadas por elas, foi questionado a Professora Carla (2024): “*Quais estratégias são usadas para trabalhar com alunos com TEA?*”. Cujas respostas foram: “atividades adaptadas, jogos lúdicos, brincadeiras livres e orientadas, nos

momentos da roda de conversa sempre busco inserir eles, uso dos tablets com jogos educativos”.

Sobre esta fala é importante destacar a utilização dos jogos educativos para crianças com deficiências, que na educação inclusiva, é crucial desenvolver estratégias que satisfaçam as necessidades específicas dos estudantes autistas. Uma das estratégias eficiente e cativante que pode atrair a atenção das crianças com TEA é a utilização de jogos lúdicos adaptados, que fomentam o crescimento social, cognitivo e emocional dos estudantes. Os jogos eletrônicos educativos utilizados em tablets, computadores e aparelhos com controle por toque na tela (*touch*) também têm se destacado como instrumentos pedagógicos que podem ter um impacto significativo no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Para entender, estabelecer vínculos, interagir e identificar *feedbacks* no processo de ensino desse aluno, é necessário que o professor e os demais atores do ambiente escolar saibam reconhecer o campo de especificidades e características universais do estudante com autismo - uma vez que esses dados são reconhecidos, os profissionais envolvidos podem tanto estabelecer planos de ensino individualizados quanto ter o intuito de vislumbrar a inclusão escolar desses alunos com estímulos e ambientes adequados e assertivos (Araújo, 2021, p. 123).

Estes jogos podem ser definidos como um recurso visual e um instrumento de comunicação para indivíduos com autismo, especialmente crianças, auxiliando no progresso da autonomia. Este recurso auxilia as pessoas com TEA a descobrirem métodos eficientes para se comunicarem melhor. Porém, é importante escolher jogos que se adequem à idade e ao nível de especificidades dos estudantes, além de estarem de acordo com as metas de aprendizado estabelecidas na sala de aula. Ademais, os jogos devem ser aplicados em conjunto com as atividades pedagógicas que o professor utiliza, servindo de complemento e oferecendo uma experiência de aprendizado cativante e estimulante (Junior, 2021).

Sobre a resposta desta mesma pergunta feita à Professora Silvia (2024), a mesma respondeu que:

Há dois autistas, os que possuem menos dificuldades, as tarefas são iguais as das outras crianças. Já os outros autistas precisam de tarefas diferentes, pois um deles tem muita sensibilidade ao toque, não usa lápis, nem caneta, logo, sua tarefa só é feita a partir de colagem. O outro autista só risca e faz rabiscos com apenas aquilo que lhe chama atenção, se não for do seu interesse, ele não realiza a tarefa e nesses casos a gente não discute e nem bate de frente para não desencadear uma crise. Ele tem o tempo dele e nós respeitamos, pois com uns minutos ele sempre resolve fazer.

A fala da professora é muito pertinente, ao passo que, entender estes tipos de estereotípias é muito importante para todas as pessoas, pois sabendo disso, podemos traçar formas de auxiliar os alunos com TEA para que tenham um melhor convívio social. Uma representação comum do autismo é a de uma pessoa que balança o corpo para frente e para trás sem uma razão clara. No entanto, o que pode parecer incompreensível para indivíduos sem deficiências, é na realidade um comportamento presente na vida do autista, conhecido como "estereotipia". Esta é a expressão médica para comportamentos repetitivos ou rituais originados do movimento, postura ou fala. As estereotípias geralmente ocorrem quando o indivíduo com autismo se sente inundado por estímulos (Barros; Fonte, 2016).

As ações repetitivas auxiliam a pessoa a se reestruturar internamente e a processar todos os seus sentimentos. Algumas pessoas com TEA veem a estereotipia como uma experiência prazerosa, contribuindo para acalmar, focar e reduzir a ansiedade. De acordo com Barros e Fonte (2016, p. 748).

Entendemos que para se configurar como estereotípias no autismo, as condutas devem: reproduzir um padrão fixo de atividade, movimento ou vocalização; possuir características morfológicas semelhantes; obedecer a uma cadência de movimento, ritmo e sons; ser realizadas com ou sem objetos; ter uma constância; permanecer, sem pausas, num tempo próprio fora do domínio exterior e, aparentemente, não ter um objetivo determinado ou responder a algum estímulo do meio.

Embora sejam benéficas para os autistas, as estereotípias ainda geram muito espanto e complicam a interação social. Geralmente, indivíduos com TEA são objeto de brincadeiras e até sofrem bullying devido a esses movimentos. E, justamente por se destacarem da maioria, é frequente que as estereotípias sejam o aspecto que atrai a atenção dos pais e leva as famílias a procurarem médicos ou psicólogos em busca de um diagnóstico (Barros; Fonte, 2016).

Dando continuidade, sobre a opinião das docentes acerca da presença de alunos autistas na sala de aula, foi feita a seguinte indagação: “*Na sua opinião, o que acha de alunos com autismo na sala de aula regular?*”. A resposta da Professora do Infantil V, professora Carla, foi a seguinte:

É um momento inclusivo, em que eles poderão ter acesso a diversos conhecimentos e através da equidade possibilitar uma educação acolhedora. Pois, não basta fazer a matrícula da criança na escola, mas garantir uma assistência para que tenha permanência e sucesso no seu desenvolvimento integral. O que vemos constantemente são salas cheias e que torna o trabalho cada vez mais difícil (Carla, 2024).

A fala da professora é muito pertinente no que diz respeito a inclusão de crianças com autismo na escola, pois a função dos docentes é importantíssima para melhorar o desempenho dos estudantes com TEA, porém os educadores precisam estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, procurando entender as particularidades e desafios que cada criança com autismo pode apresentar para poder ajudá-los no seu processo de ensino aprendizagem (Weizenmann *et al.*, 2020).

A inclusão de estudantes com deficiências em escolas regulares não deve ser interpretada apenas como uma obrigação, mas como uma prática fundamentada em um paradigma educacional que promove a diversidade e os direitos humanos. Trata-se de um processo social complicado que é resultado de diversas ações de vários participantes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (Weizenmann *et al.*, 2020).

Com relação ainda a pergunta sobre o que pensa a professora de alunos com TEA na sala de aula regular, a resposta da Professora (Silvia, 2024) do Infantil IV foi:

Para mim, foi a melhor coisa que poderia acontecer, porque as crianças sem deficiências começaram a entender que eles precisam ajudar os demais colegas com deficiência porque cada um fazia tudo por si próprio e acabou. Agora tenho alunos que cuidam dos que tem TEA, pois não deixam eles se machucarem. Portanto, trouxe para nós essa aproximação e também para os alunos sem deficiência, para que eles aprendam desde cedo a ajudar os coleguinhas para que se desenvolvam tanto os que possuem deficiência, quanto os que não possuem.

Diante da fala da professora Silvia, podemos perceber a importância da interação das crianças no ambiente escolar inclusivo, pois a educação é um processo social em que os indivíduos têm a capacidade de aprender mutuamente. Isso enfatiza a noção de que, apesar da importância do atendimento individual em uma sala exclusiva para acompanhar o progresso das crianças, é crucial entender como acontece a interação e o crescimento da criança na sala de aula, em interação com as demais crianças do grupo. Isso acontece porque a sala de aula é o local mais adequado para impulsionar o desenvolvimento sistemático e planejado das relações interpessoais dos alunos.

Lemos *et al.* (2014) reforça essa ideia ao falar que nesse contexto, a escola é um dos locais que promovem o crescimento infantil, tanto pela chance de interação com outras crianças quanto pelo papel crucial do educador, cujas mediações auxiliam na aquisição de diversas competências nas crianças. O ambiente escolar proporciona interações sociais, favorecendo o crescimento da criança com autismo e de outras crianças, à medida que elas interagem e aprendem com as diferenças. Logo, os outros estudantes se beneficiarão ao terem

a chance de interagir com o diferente, já que a escola convencional funciona como um ambiente onde a criança com dificuldades encontra exemplos mais avançados de comportamentos para seguir.

Destaca-se a importância de se analisar as interações sociais nos contextos escolares, verificando a participação das crianças autistas e considerando a mediação das professoras e das demais crianças. Compreender que os comportamentos das crianças com espectro autista podem ser influenciados considerando os contextos interativos, a mediação do adulto e, sobretudo, as particularidades de cada criança é fundamental no desenvolvimento de estudos nesta área (Lemos *et al.*, 2014, p. 126).

Assim, é essencial que a educação seja direcionada para a socialização e inclusão de crianças com autismo. A interação dessas crianças com a escola, com outras crianças e, principalmente, com os docentes, desempenha um papel crucial. Assim, percebe-se que as crianças com TEA precisam ser efetivamente integradas na sociedade como um todo, precisam da intervenção do agente educativo que ocupa a posição central na sala de aula, com o objetivo de estimular e preparar as circunstâncias para o desenvolvimento social das crianças com TEA.

A próxima questão diz respeito aos recursos pedagógicos. Logo, foi perguntado para a professora Carla: “*a escola dispõe de recursos pedagógicos para o ensino do aluno com autismo?*”. A professora respondeu que: “tem jogos educativos, blocos lógicos, *tablets*, livros infantis e recursos visuais fixados na parede da sala”.

A professora Silvia também respondeu a mesma coisa, já que as duas trabalham na mesma escola. Ela falou que o tipo de cola utilizada pelos alunos nas atividades é diferente, o tipo de papel também, porque alguns apresentam muita sensibilidade ao toque. As tarefas para alguns têm que ser coloridas com um tipo específico de tinta que é bem cara. Portanto, tudo o que as professoras e os alunos precisam, a direção sempre disponibiliza.

É importante reforçar que, a educação de crianças autistas exige planejamento e estratégias de ensino específicas, diferente do ensino tradicional, já que crianças autistas aprendem de maneira distinta e precisam de intervenções específicas e mediação para o processo de aprendizagem. Portanto, para promover o progresso escolar da criança com TEA, o educador deve empregar diversos recursos. As crianças autistas possuem formas específicas de comunicação, podem enfrentar desafios para identificar suas emoções e interagir com colegas e educadores. Em contrapartida, podem possuir interesses e competências que precisam ser aprofundadas no processo de aprendizagem.

Além disso, estudantes com TEA se sentem encorajados e motivados quando suas necessidades são solucionadas pelo uso dos recursos educacionais como, por exemplo, a mentoria ou o uso de dispositivos eletrônicos que atuam na orientação do pensamento, em situações de escolha, dificuldades sensoriais, hiperfoco, distração e na dificuldade com sequenciamento e organização de afazeres (Andrade *et al.*, 2024, p. 09).

Algumas táticas empregadas em sala de aula e que devem ser valorizadas, são: valorizar laços emocionais, empregar linguagem clara, já que as crianças autistas não entendem metáforas, valorizar as especificidades individuais dos alunos, sugerir tarefas simples, mesmo que sejam várias tarefas, encorajar sempre, sugerir atividades que incentivem o raciocínio lógico, ajustar as metodologias e avaliações, tentar não aplicar atividades extensas, empregar métodos sensoriais, empregar atividades focadas no interesse do estudante e trabalhar de forma concreta e lúdica (Oliveira *et al.*, 2021).

Ainda de acordo com a autora acima citada, a implementação dessas táticas requer elementos como a adaptação do currículo escolar, a reformulação do projeto político-pedagógico e a formação contínua apropriada a essas novas propostas, além, é claro, de infraestrutura física, recursos materiais e humanos, conforme estipulado pela legislação educacional do Brasil. o desenvolvimento do ensino aprendizagem é variado, porém progressivo, especialmente quando estimulado de forma correta e direcionado na realização das tarefas. Não se pode restringir o acesso do aluno apenas ao ambiente físico, pois é necessário oferecer um ambiente social receptivo. Neste contexto, os recursos educacionais podem desempenhar um papel crucial na apropriação de tudo o que o processo de ensino pode proporcionar (Oliveira *et al.*, 2021).

Sobre a inclusão, foi feita a seguinte pergunta para a professora Carla “*Como acontece a inclusão na escola em que você trabalha?*”. A professora respondeu da seguinte forma: “as crianças tem o direito ao acesso a escola, porém muitos não possuem cuidadores e fica para professora regente auxiliar a criança que não possui cuidador”.

De acordo com os relatos da professora Carla, há uma carência de cuidadores para os alunos autistas de sua sala de aula, o que dificulta ainda mais o seu trabalho, pois o papel principal do cuidador é auxiliar o estudante a acompanhar a aula do professor orientador, além de auxiliar nas tarefas cotidianas na escola, como hora do almoço, uso do banheiro e comportamento em sala de aula, além de promover a interação com outros estudantes e membros da equipe escolar. Se não existe um profissional de apoio, tudo fica mais complicado e cansativo para o professor (Oliveira *et al.*, 2021).

Assim, percebemos que o profissional de apoio escolar desempenha um papel crucial no processo de inclusão, auxiliando o professor a enfrentar os obstáculos que podem surgir durante a inclusão de uma criança com autismo e fornecendo o apoio necessário para garantir a inclusão completa da criança, atendendo a todas as suas necessidades.

Não apenas os profissionais de apoio escolar, mas os pais também são os verdadeiros peritos no que diz respeito à educação dos seus filhos com autismo. Portanto, é necessário coordenar e compartilhar conhecimento com a criança tanto dentro quanto fora da escola. Ambos podem propor ações que foram efetivas tanto em casa quanto na escola para a criança e incorporá-las à sua rotina diária para que a educação dessa criança aconteça da melhor forma possível. É crucial a existência de um profissional de apoio em sala de aula também, na função de auxiliar a criança autista, desde a sua chegada até a sua partida, na higienização, no almoço e em todas as atividades, proporcionando experiências infantis ricas para estudantes e docentes, fortalecendo o aprendizado da criança, proporcionando segurança e incentivo para que ela desenvolva todas as suas habilidades da maneira mais eficaz possível.

Já a resposta da professora Silvia foi a seguinte:

Primeiramente a prioridade quando as mães vêm fazer a matrícula, independente do tipo de deficiência, a diretora sempre dá prioridade para estas crianças e a quantidade de vagas para eles. É acessível para todos os estudantes, mesmo aqueles com deficiência ou mobilidade limitada, também dispõe de rampas de acesso, banheiros adaptados, aparelhos específicos e outros recursos (Silvia, 2024).

Sabemos que muitas famílias se preocupam com a questão de levar o aluno com autismo para a escola, uma vez que, além de ser um direito assegurado por lei, a educação desempenha um papel crucial no crescimento de indivíduos com autismo que procuram maior autonomia e independência. A escola é crucial para o desenvolvimento de qualquer criança, independentemente de ser atípica ou não. Normalmente, é neste ambiente que surgem os primeiros amigos além do ambiente familiar, são ensinadas novas perspectivas de mundo e é onde a criança aprende a se ver como integrante da sociedade.

Destacamos que todas as pessoas autistas têm o direito de ter acesso à educação, contudo, reconhecemos que para crianças com TEA e seus familiares, existem diversos obstáculos ligados à educação. O aprimoramento das habilidades sociais dos alunos é crucial para todos, sendo o ambiente escolar um dos principais palcos para a socialização tanto dos alunos atípicos quanto para os alunos típicos. E é na escola que tudo isso ocorre, pois lá, a criança tem a chance de participar de atividades e tomar decisões que auxiliam no seu

desenvolvimento. Além de experimentar um ambiente distinto e estar em contato com colegas da mesma faixa etária para trocas e aprendizados (Silva; Carvalho, 2017).

Dando continuidade nas questões, foi feita esta pergunta para a professora Carla, professora do Infantil V: *“Na sua opinião, o que o professor da sala regular precisa para fazer um bom acompanhamento do ensino aprendizagem da criança autista?”*. cuja resposta foi: *“estar sempre em busca de informações na área da educação inclusiva”*.

E a resposta da professora Silvia, professora do Infantil IV, foi: *“formações continuadas, conhecimentos, porque tudo se modifica todos os dias e se o professor não buscar conhecimentos e não se reciclar, ele não consegue fazer um bom ensino, pois as coisas vão mudando e é preciso estar sempre mudando também”*.

As respostas das professoras reforçam ainda mais a questão da importância da formação continuada, pois a prática pedagógica deve se ajustar aos tempos modernos, pois a sociedade em constante mudança apresenta desafios que devem ser vencidos com a ajuda da escola. A formação continuada é um processo de desenvolvimento profissional que auxilia o professor nessa missão, aperfeiçoando e atualizando seus conhecimentos e habilidades. Para (Mantoan, 2003, p. 42)

Se, de um lado, é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, de outro, não se pode descuidar da realização dessa formação e deve-se estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem, para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também a como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais.

A formação continuada auxilia o docente a pensar sobre sua prática de ensino e a trocar experiências com os demais. Isso ajuda a estabelecer um ambiente escolar saudável, no qual os professores se sentem estimulados e valorizados pela administração escolar. Esta atualização é crucial para acompanhar as transformações na educação e, dessa forma, aprimorar habilidades e competências que possam satisfazer as demandas dos estudantes. Um exemplo disso foi a Covid-19 que aconteceu a alguns anos atrás que fez com que as portas das escolas e de todos os lugares se fechassem, fazendo com que os professores se reinventassem para continuar dando aula para os alunos de forma remota e os professores precisaram compreender como empregar as tecnologias na educação.

Para finalizar, acerca do suporte que a escola oferece para os alunos com TEA foi realizada a seguinte pergunta para a professora Carla, do Infantil V e para a professora Silvia do Infantil IV *“O que a escola oferece para dar suporte ao aluno com TEA?”*. A mesma explicou que:

As professoras buscam adaptar as experiências de acordo com as necessidades de cada criança, com pinturas, colagem, modelagem, desenhos, uso de jogos e peças de encaixe, blocos lógicos, quebra cabeça, assistir vídeos, dentre outros (Carla, 2024).

Tudo o que for em relação ao aluno, a escola dispõe. A única coisa que não tem é terapia, pois as terapias são nas clínicas e todos os alunos fazem terapia. Mas a escola tem todos os materiais que a gente precisa para ensinar o aluno com TEA e o que não tem, a escola busca disponibilizar (Silvia, 2024).

Diante dos relatos das professoras supracitadas e como já foi mencionado, é crucial que a escola possua recursos para estudantes autistas para garantir uma educação inclusiva e de alta qualidade, além de possibilitar o desenvolvimento das habilidades das crianças com autismo além de ajustar o ambiente para permitir o desenvolvimento do estudante com autismo.

Também é importante auxiliar os alunos no seu crescimento para poder resultar em maior independência nas atividades cotidianas. Com base no que tem sido discutido, é relevante ponderar sobre o papel e as estratégias teórico-metodológicas que os educadores podem empregar para implementar o conceito de inclusão no contexto escolar.

Um dos aspectos relevantes ao debate sobre o Transtorno do Espectro Autista e a inclusão dessas crianças no contexto escolar é o desafio de alfabetizar crianças com TEA. Este desafio tem sido vencido à medida que as estratégias e métodos de ensino são ajustados conforme a necessidade, impactando positivamente no processo de desenvolvimento e aprendizado da criança. Contudo, a exclusão ou desvalorização de crianças com deficiência ainda é frequente na maioria das instituições de ensino. Isso ocorre devido à falta de preparo de alguns docentes, bem como à escassez de profissionais especializados para lidar com as diversidades. Além disso, a ausência de uma formação docente contínua focada na inclusão de crianças com TEA (Santos *et al.*, 2015)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa, torna-se evidente o impacto negativo da ausência de profissionais especializados com formação específica na educação de crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista. Esta lacuna compromete significativamente o desenvolvimento educacional desses indivíduos, dadas as suas necessidades particulares que abrangem aspectos tanto psicológicos, como físicos e emocionais.

A demanda por atenção e um tratamento especializado e personalizado decorrente das complexidades inerentes ao TEA não está devidamente atendida, o que acaba prejudicando o processo e desenvolvimento educacional e social desses alunos. Diante disso, torna-se evidente que os educadores e a instituição escolar enfrentam obstáculos significativos ao lidar com as necessidades específicas dessas crianças dentro dos sistemas educacionais, destacando a carência de uma abordagem mais especializada e direcionada para atender às suas necessidades únicas.

Nesse sentido, a pesquisa em questão ofereceu uma compreensão mais abrangente e detalhada da trajetória histórica do Transtorno do Espectro Autista, ao abordar suas características fundamentais, definição, métodos de diagnóstico e, principalmente, ao enfatizar a relevância da presença de profissionais qualificados no ambiente escolar para atender crianças com TEA. Esse estudo ressaltou a importância desses profissionais no processo educacional, especialmente no que diz respeito à facilitação de uma aprendizagem significativa e à promoção da inclusão social. Ao destacar a necessidade de uma abordagem especializada e sensível às necessidades únicas desses alunos, reforçamos a importância de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, onde todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Também se buscou, na pesquisa, compreender o impacto das relações e interações sociais no desenvolvimento de crianças com autismo, chegando à conclusão da importância fundamental das relações sociais na vida das crianças com TEA, sendo reconhecida como um aspecto essencial no contexto educacional. Essas interações sociais desempenham um papel importante na aquisição de habilidades sociais, comunicação, empatia e compreensão emocional, áreas que frequentemente apresentam desafios para crianças com autismo.

Acrescentado a isso, observa-se que as relações sociais também oferecem oportunidades valiosas de aprendizado, “adequação” de comportamento e apoio emocional, contribuindo assim para o progresso e bem-estar dessas crianças. Concluímos, também, que o entendimento reforça a necessidade de promover um ambiente escolar inclusivo e que

valorize e encoraje as interações sociais, visando não só o desenvolvimento integral das crianças com autismo, mas de todos os alunos, fomentando assim uma sociedade mais empática e inclusiva.

Ao concluir este estudo, podemos fornecer uma resposta ao problema que a motivou, que visava entender as dificuldades que os profissionais enfrentam para lidar com crianças com TEA no ambiente escolar. Por meio das pesquisas de campo realizadas, ficou claro que a escola e os profissionais encontram vários obstáculos ao fornecer um serviço de educação de alta qualidade que considere as particularidades das crianças com TEA, além da falta de monitores qualificados em uma das salas de aula para monitorar de perto o processo de socialização e crescimento dessas crianças. Além disso cabe a esses profissionais auxiliar a professora regente, no entanto também esse papel se apresentou como um desafio, ou pela falta desses profissionais ou por eles não terem formação para desempenhar suas funções.

Através da coleta e análise dos dados, conseguimos atingir as metas propostas por este estudo. Ao examinar as visões dos professores acerca da inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar, notou-se que alguns deles ainda possuem uma interpretação errônea do significado de inclusão. Para eles, a inclusão se limita a apenas aceitar crianças com deficiência nas salas de aula comuns, sem entender que a promoção de uma educação inclusiva ultrapassa a simples integração. Precisamos estabelecer condições físicas e estruturais, além de recursos metodológicos afim de melhorar o processo de ensino aprendizagem das crianças

Ainda com base nas pesquisas, entendemos que a realização da educação inclusiva, combinada ao processo de ensino-aprendizagem, ressalta a importância da aprendizagem significativa e da inclusão, conforme evidenciamos. Para garantir que esse processo se concretize, é crucial fortalecer as capacitações dos professores, estabelecendo uma rede de apoio que envolva alunos, professores, gestores escolares e, especialmente, as famílias. Dessa forma, poderemos assegurar a promoção de uma educação inclusiva de qualidade dentro da instituição, proporcionando um ambiente que valorize a diversidade e atenda às necessidades individuais de todos os envolvidos no processo educacional.

Detectamos, nas pesquisas, algumas habilidades cruciais que os professores e profissionais da educação precisam desenvolver com os seus alunos para que a educação seja inclusiva e de qualidade. Dentre elas, podemos citar a noção de que "todos os alunos podem aprender", reconhecendo e valorizando as capacidades individuais de aprendizagem de cada um; reforçar a compreensão de que a aprendizagem é um processo individual e ativo, ocorrendo de maneira única em cada pessoa, sendo o aluno o principal agente do seu próprio

processo, influenciado por sua história pessoal e social; cultivar a autoestima como uma condição fundamental para a aprendizagem, pois sentir-se parte de um grupo social, reconhecido e valorizado, favorece a participação ativa e o desenvolvimento conjunto com os outros; promover a autonomia dos alunos por meio da construção de sua própria aprendizagem; realizar uma avaliação contínua das aprendizagens e, por último, estimular a cooperação entre os alunos e adotar formas de ensino mútuo, uma vez que toda abordagem pedagógica diferenciada requer a colaboração ativa dos alunos e de seus pais, contribuindo para reduzir a discriminação entre eles.

É fundamental que o professor reconheça e valorize a diversidade como um elemento essencial no processo de ensino-aprendizagem. Ainda, o profissional da educação deve ser capaz de desenvolver estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdo não apenas para alunos considerados alunos com deficiência, mas para todos os alunos, a fim de promover uma prática educativa inclusiva. Dessa forma, é possível reduzir a segregação, a evasão e o fracasso escolar, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e favorável ao desenvolvimento de todos os estudantes.

Outro ponto a se destacar é que, atualmente, há uma escassez de contatos e trocas que compartilhem experiências positivas de inclusão em todo o país. Além disso, há uma limitada disseminação de pesquisas empíricas relacionadas ao tema. Sem dúvida, essa situação enfraquece a implementação de políticas inclusivas.

Importante ressaltar também que, no Brasil, a formação de professores e outros profissionais ligados à educação ainda segue um modelo muito tradicional, que não é realmente adequado para atender às demandas da educação inclusiva. Ainda precisamos ressaltar que os cursos, em especial o de Pedagogia, inclui poucas disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com deficiência e/ou com TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION-APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM- 5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, A. M., Girardi, J. da M., Melo, M. do N., Pereira, D. C. R., Lima, M. da G., Amorim, R. F. B. de ., & Silva, W. M. C. da .. (2024). Recursos educacionais para estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA): síntese de evidências qualitativas. **Psicologia Escolar E Educacional**, 28, e259575. <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-259575>

ARAÚJO, G. S., & Seabra Junior, M. O. Elementos fundamentais para o design de jogos digitais com o foco no treino de competências e habilidades de estudantes com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos**, 102(260), 120–147, 2021.

BARROS, I. B. do R., & Fonte, R. F. L. da. Estereotípias motoras e linguagem: aspectos multimodais da negação no autismo. **Revista Brasileira De Linguística Aplicada**, 16(4), 745–763, 2021. <https://doi.org/10.1590/1984-639820169895>

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 23/10/2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf.

Acesso em: 10 jan. 2024.

BEZERRA, Marcos Ferreira. A importância do método ABA – análise do comportamento aplicada – no processo de aprendizagem de autistas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 10, Vol. 06, pp. 189-204, outubro de 2018.

ISSN:2448-0959. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aprendizagem-de-autistas>. Acesso em: 24/09/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12/09/2024

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BOSA, C. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (Col.). **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 29-35.

BOSA, C; CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 167-177, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279722000000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAMARGO, S. P. H., SILVA, G. L. D., CRESPO, R. O., OLIVEIRA, C. R. D., & MAGALHÃES, S. L.. (2020). desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação Em Revista**, 36, e214220. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214220>

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão**: Experiências no Ensino Regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

DIAS, S. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 307-31, June, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142015000200307&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2024.

GÓMEZ, S. L.; TORRES, R. S. R.; ARES, E. M. T. Revisões sobre o autismo. **Revista Latinoamericana de Psicologia**, v.41, n.3, p. 555-570, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. p. 50 (4. ed.) São Paulo: Atlas, 2008.

HALCOMB, E. J.; DAVIDSON, P. M. Is verbatim transcription of interview data always necessary? **Applied Nursing Research**, v. 19, n.1, 2006, p. 38–42. doi: 10.1016/j.apnr.2005.06.001

ISCHKANIAN, S. H. Autismo e educação. In: **Métodos, programas e técnicas educacionais para autistas**. 2015. Disponível em: <http://file:///C:/Users/PC/Desktop/Documentos%20Tcc/Autismo-Metodos-e-programas.pdf> . Acesso em: 31 out. 2024.

LAMPREIA, C. Os enfoques cognitivista e desenvolvimentista no autismo: uma análise preliminar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, v. 17, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000100014>. Acesso em; 20 jan. 2024.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 3-11, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024.

KUBASKI, C.; POZZOBON, F. M.; RODRIGUES, T. P. Investigando a qualidade da inclusão de alunos com autismo nos anos iniciais. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 37., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSM, 2015. p. 1-18. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho--GT15-4422.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

LEMOS, E. L. de M. D. Salomão, N. M. R., & Agripino-Ramos, C. S. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 20(1), 117–130, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100009>.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petropolis: Vozes, 2011.

MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G. ARANTES, V. **A Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, S. N., & MENDES, E. G.. (2015). Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. **Revista Brasileira De Educação Especial**, 21(1), 9–22. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000100002>.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM- 5**. Tradução: Maria Inês Nascimento *et al.* 3. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2014. V. 5. p 992.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. São Paulo: AMA, 2007.

MARTINOTO, L. B. Importância da qualificação do profissional da educação infantil, no atendimento de crianças com autismo. **Revista Vento e Movimento FACOS/CNEC**, nº 1, vol. 1, abr. 2012.

MARTELETO, M. R. F., Schoen-Ferreira, T. H., Chiari, B. M., & Perissinoto, J. Problemas de comportamento em crianças com Transtorno Autista. **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, 27(1), 5–12, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100002>

NILSSON, I. A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.12, n.68, p.5-45, 2003. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-364259>. Acesso em: 01 fev. 2024.

OLIVEIRA, Suely de Lemos Alves; TOMAZ, Edileuza Braz; SILVA, Robson José de Moura. Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 3, 26 de janeiro de 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/2/praticas-educativas-para-alunos-com-tea-entre-dificuldades-e-possibilidades>. Acesso em: 14/10/2024

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. de. Pesquisa Científica. In. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 41-118.

RISSATTO, Heloíse. A importância do método TEACCH para o desenvolvimento da criança com autismo. **Genial Care**, São Paulo, dezessete, outubro, dois mil e vinte e dois. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/metodo-teacch-para-o-desenvolvimento-da-crianca-com-autismo/>. Acesso em: 18/09/2024

RUSSO, Dr Fabiele. Graus de Autismo – importante saber. **Neuro conecta**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/graus-de-autismo-importante-saber/>. Acesso em: 21/07/2022

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009.

Silva, L. M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira De Educação**, 11(33), 424–434, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000300004>.

SANTOS, P. de A., Bordini, D., Scattolin, M., Asevedo, G. R. da C., Caetano, S. C., Paula, C. S., Perissinoto, J., & Tamanaha, A. C. O impacto da implementação do Picture Exchange Communication System - PECS na compreensão de instruções em crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. **Codas**, 33(2), 2021.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da. Transtorno do Espectro Autista: **Ser e Viver**. Ed.1. Maringá: Viseu, 2022, p. 19- 40.

SILVA, N.C. CARVALHO, B.G.E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Rev bras educ espec [Internet]**. 2017Apr;23(2):293–308. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>.

SANTOS, Myllenna de Oliveira; ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; BARBOSA, Amanda Magalhães. **Aprendizagem e Transtorno do Espectro Autista - TEA: Experiências vivenciadas através do projeto ABC do TRATE**. Anais do VI Encontro Alagoano de Educação Inclusiva – I Encontro Nordestino de Inclusão na Educação Superior. Universidade Federal de Alagoas. 2 a 4 de Dezembro de 2015.

TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. Uma breve Revisão Histórica Sobre a Construção dos Conceitos do Autismo Infantil e da Síndrome de Asperger. **Revista**

da **Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 296-299, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v13n3/a15v13n3.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

TOZONI-REIS, M. F. de C. O que é pesquisa? In: TOZONI-REIS, M. F. de C. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. p. 7-13

VITTA, F. C. F.; VITTA, A.; MONTEIRO, A. S. R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 415-428, 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n3/v16n3a07.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

WEIZENMANN, L. S., Pezzi, F. A. S., & Zanon, R. B. INCLUSÃO ESCOLAR E AUTISMO: SENTIMENTOS E PRÁTICAS DOCENTES. **Psicologia Escolar E Educacional**, 24, 2020.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AUTISMO E INCLUSÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA**QUESTIONÁRIO**

Caro (a) professor (a):

Este questionário é parte integrante da pesquisa intitulada: CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA PROFESSORES LIDAREM COM A INCLUSÃO. Destaco que os dados que serão aqui obtidos, apenas serão utilizados para fins de estudos e em caso de publicação, será garantido o anonimato.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

Atenciosamente.

1. Dados de identificação da escola:
() Estadual () Municipal () Privada
2. Informe a quantidade de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) presentes na sua sala de aula:
_____.
3. Turno de trabalho na escola: Manhã () Tarde () Noite ()
4. Há quanto tempo você trabalha nessa escola?
5. O que você pensa sobre Inclusão?
6. Para você, o que é autismo?

7. Tem alguma formação na área da Educação Infantil?
8. Quais os desafios que você encontra ao ensinar alunos com autismo?
9. Quais dificuldades eles apresentam em relação a aprendizagem?
10. Quais estratégias são usadas para trabalhar com alunos com TEA?
11. Na sua opinião, o que acha da presença de alunos com autismo na sala de aula regular?
12. A escola dispõe de recursos pedagógicos para o ensino do aluno com autismo?
13. Como acontece a inclusão na escola em que você trabalha?
14. Na sua opinião, o que o professor da sala regular precisa para fazer um bom acompanhamento do ensino aprendizagem da criança autista?
15. O que a escola oferece para dar suporte ao aluno com TEA?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA PROFESSORES LIDAREM COM A INCLUSÃO**, sob responsabilidade de Ana Karine da Silva Alves, estudante do curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores UFCG/CFP campus de Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo analisar como acontece a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil salientando as dificuldades que os docentes enfrentam ao lidar com estas crianças e se faz necessário discutir e ir a fundo neste tema, pois se trata de uma temática complicada que merece um olhar mais amplo. Portanto é imprescindível que haja um estudo mais aprofundado para descobrir estratégias que auxiliem os alunos que sofrem com o transtorno no seu processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa corrobora com a crença de que toda criança tem o direito de aprender com qualidade e para o aluno com autismo não é diferente. Sabemos, contudo, que a criança autista se desenvolve de maneira mais atípica e peculiar, desse modo, elas precisam de caminhos alternativos e recursos especiais para seu processo de desenvolvimento.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Entrevista Semiestruturada realizada de forma presencial, com questões diretas e também questões abertas. Os riscos envolvidos com sua participação são mínimos, como: não ser entregue algum questionário proposto pelo pesquisador ou alguma questão que deixe o voluntário constrangido no momento de responder às perguntas. Os dados dos

participantes não serão divulgados em nenhum momento e os dados da pesquisa serão guardados com segurança e a divulgação será feita de forma que não identifique nenhum voluntário

Uma visita para esclarecimentos iniciais será realizada com o objetivo de explicarmos as etapas e os objetivos da investigação, com o objetivo de minimizar os possíveis riscos. As pesquisadoras estarão disponíveis para responder a qualquer dúvida que os participantes da pesquisa tenham no momento da coleta de dados e no restante da pesquisa. Os benefícios do trabalho, serão: ampliar os conhecimentos acerca do tema autismo e inclusão para que chegue a mais pessoas e mais estudos possam ser feitos afim de contribuir para o ensino aprendizagem das crianças e assim elas possam se desenvolver de forma completa. Discutir sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores e tentar apresentar estratégias que auxiliem os alunos e professores da Educação Infantil.

Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Nozangela Maria Rolim Dantas e Ana Karine da Silva Alves, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Karine da Silva Alves

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço Pessoal: Juazeiro do Norte

Endereço Profissional:

Horário disponível: Segunda à Sexta das 15:00 às 18:00

Telefone: (88) 9 93440368

E-mail: ka501868@gmail.com

Declaro que estou informado sobre os propósitos e a relevância dessa pesquisa, além da maneira como será realizada, incluindo os riscos e benefícios relacionados à minha participação. Além disso, concordo em participar de forma voluntária neste estudo.

DADOS DO CFP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

E-mail: cepcfpufcgcz@gmail.com Tel: (83) 3532-2075.

Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo estudo

Local _____ Data ____/____/____

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO – UAE
CURSO DE PEDAGOGIA
TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu, _____ autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada **CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA PROFESSORES LIDAREM COM A INCLUSÃO**, nesta instituição, que será realizada no período de ___/___/24_ a ___/___/24_, tendo como pesquisadora responsável a Prof(a). Dr(a) Nozângela Maria Rolim Dantas e orientando(a) Ana Karine da Silva Alves.

Local e Data

Nome Completo do Responsável Pela Instituição

Assinatura e Carimbo